

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Da vertente política à económica na CPLP: estudo de formas  
de estreitamento das relações económicas dos Estados  
Membros

Andréia Cristina Moreira Pereira  
Orientação: Professor Doutor Jorge Rio Cardoso

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
Em Gestão e Políticas Públicas

Lisboa 2013

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Da vertente política à económica na CPLP: estudo de formas  
de estreitamento das relações económicas dos Estados  
Membros

Andréia Cristina Moreira Pereira

Orientação: Professor Doutor Jorge Rio Cardoso

Mestrado Em Gestão e Políticas Públicas

Lisboa 2013

# Índice

1. Introdução .....	1
1.1 Objecto .....	3
1.2 Objectivos .....	4
1.3 Relevância contextual da Investigação .....	4
1.4 Hipóteses .....	5
1.5 Metodologia Geral da Pesquisa .....	6
1.6 Estrutura da Dissertação .....	6
1.7 Origem e evolução da Comunidade .....	7
1.7.1 Mecanismos de abertura e parcerias .....	16
2. Os Países da Comunidade.....	19
2.1 República de Angola .....	19
2.2 Republica Federativa do Brasil.....	23
2.3 Cabo Verde.....	26
2.4 Guiné-Bissau .....	29
2.5 Moçambique .....	32
2.6 São Tomé e Príncipe.....	35
2.7 Timor Leste .....	38
2.8 Portugal .....	41
2.9 Breve síntese da contextualização histórica e apresentação de dados actuais.....	45
2.9.1 Comércio e tendência entre os países da CPLP. ....	49
2.10 Outros aspectos relevantes .....	56
3. Trabalhos Desenvolvidos rumo a Integração Económica .....	58
4. Inquéritos aplicados aos Membros das Missões permanentes e representantes Diplomáticos .....	69
4.1 Em seguida enumeram-se as questões colocadas.....	69
4.2 Percepção global das entrevistas .....	79
5. Sínteses e Conclusões .....	80
5.1 Perspectivas para o futuro, linhas a ser exploradas em projectos de pesquisa.....	85
Referências Bibliográficas.....	86
Referências Legislativas e Documentos Oficiais.....	91

# Índice de Quadro

<b>Quadro 1</b> - Angola evolução do PIB nos últimos quatro anos.....	22
<b>Quadro 2</b> - Brasil evolução do PIB nos últimos quatro anos.....	25
<b>Quadro 3</b> - Cabo Verde evolução do PIB nos últimos quatro anos.....	27
<b>Quadro 4</b> - Guiné-Bissau, evolução do PIB nos últimos quatro anos. ....	31
<b>Quadro 5</b> - Moçambique evolução do PIB nos últimos quatro anos .....	34
<b>Quadro 6</b> - São Tomé e Príncipe, evolução do PIB nos últimos quatro anos .....	36
<b>Quadro 7</b> - Timor do Leste, evolução do PIB nos últimos quatro anos .....	39
<b>Quadro 8</b> - Portugal, evolução do PIB nos últimos quatro anos .....	44
<b>Quadro 9</b> – Comércio da Angola com os Estados-membros CPLP, 2012.....	49
<b>Quadro 10</b> – Comércio do Brasil com os Estados-membros CPLP, 2012 .....	50
<b>Quadro 11</b> – Comércio de Cabo Verde com os Estados-membros CPLP, 2012 .....	51
<b>Quadro 12</b> – Comércio da Guiné-Bissau com os Estados-membros CPLP, 2012.....	52
<b>Quadro 13</b> – Comércio de Moçambique com os Estados-membros CPLP, 2012.....	52
<b>Quadro 14</b> – Comércio de Portugal com os Estados-membros CPLP, 2012.....	53
<b>Quadro 15</b> – Comércio de São Tomé e Príncipe com os Estados-membros CPLP, 2012...	54
<b>Quadro 16</b> – Comércio de Timor-Leste com os Estados-membros CPLP, 2012 .....	54
<b>Quadro 17</b> - Forma de melhoria do ambiente de negócios para a promoção do comércio .	63
<b>Quadro 18</b> - Formas de promoção do Investimento .....	65
<b>Quadro 19</b> - Forma de capacitação empresarial .....	66
<b>Quadro 20</b> - Formas de melhoria dos mecanismos de financiamento .....	67

## Índice de Gráfico

<b>Gráfico 1</b> - Índice de Desenvolvimento Humano .....	47
<b>Gráfico 2</b> - Competitividade Global .....	48
<b>Gráfico 3</b> - Ambiente de Negócios .....	48
<b>Gráfico 4</b> - Envolvimento Empresarial no processo .....	73
<b>Gráfico 5</b> - Como promover o comercio intra - CPLP .....	76

## Índice de Figura

<b>Figura 1</b> - Organizações com envolvimento em termos de CPLP.....	60
--	----

## Lista de Acrónimos

AEPCI - Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento

AICEP- Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa

AP- Assembleia Parlamentar

ASEAN- Associação de Nações do Sudoeste Asiático

CCEG - Conferência de Chefes de Estado e de Governo

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEDEAO - Comunidade Económica do Estados da África Ocidental

CEMAC - Comunidade Económica e Monetária da África Central

CES - Conselho Económico e Social

CdC - Comunidade das Democracias

CM - Conselho de Ministros

CNRT- Conselho Nacional de Resistência Timorense

CCP- Comité de Concertação Permanente

DIH - Direito Internacional Humanitário

FELP - Fórum Empresarial de Língua Portuguesa

FNLA - Frente Nacional para Libertação de Angola

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

IILP - Instituto Internacional da Língua Portuguesa

INE - Instituto Nacional Estatística

MLSTP- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola

OC - Observador Consultivo

OMC - Organização Mundial para o Comércio

OIF - Organização Internacional da Francofonia

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU- Organização das Nações Unidas

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAN - Programa África Negócios

PEC - Pauta Externa Comum

PIB - Produto Interno Bruto

PFC - Pontos Focais de Cooperação

PMEs - Pequenas e Medias Empresas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP - Parceria Público Privado

RDSTP- República Democrática de São Tomé e Príncipe

RPFC - Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

TICs- Tecnologias de Informação e Comunicação

UA - União Africana

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

ZLC - Zona de Livre Comércio

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Rio Cardoso, que durante todo o processo, esteve sempre disponível, partilhando seus conhecimentos, demonstrando assim todo o seu profissionalismo.

Toda a Equipa da CPLP – dirigentes e funcionários – sempre prestativos. Especialmente o Exmo. Doutor Helder Vaz, então director executivo.

Aos Exmo. (s) Embaixadores e seus Adjuntos e Conselheiros, os quais foram prontos a responder o Inquérito da pesquisa.

A minha Família, especialmente meu esposo, que tem dispensado seu apoio incondicional em todos os momentos que preciso, a todos os demais que sempre estiveram a apoiar-me, aos meus irmãos, mesmo longe, oram e torcem por minha vitória.

Enfim a todos os anónimos servidores dos locais onde precisei recorrer durante este percurso, nomeadamente: a CPLP; as Embaixadas e os funcionários do ISCSP.

Fica em meu coração a eterna gratidão a todos vocês. Deus os abençoe e derrame sobre cada um as suas “Graças”.

Especialmente a Deus que me fortalece e sustenta, todos os instantes de minha vida.

"Tudo posso naquele que me fortalece" Fil.4:13



## RESUMO

A abordagem da cooperação económica entre os Estados-Membros traz à discussão a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP, influenciada pelos laços históricos, linguísticos e culturais. O “Mercado CPLP”, com mais de 240 milhões de habitantes, presentes em quatro continentes, representa a nível mundial 3,7% da população, 4,2% do comércio mundial sendo apenas 3% inter-Comunidade. Pretende-se evidenciar as formas de promover os mecanismos de concertação: políticos, económicos e comerciais que possam ser sugeridos e aplicados como políticas de integração. A metodologia da pesquisa de natureza qualitativa, utiliza a análise documental para a colecta de dados, a técnica de análise de conteúdo para a entrevista estruturada, aplicada aos representantes da Organização e seus Membros permanentes. Denota-se o reforço no âmbito da internacionalização das economias dos países da Comunidade, primeiramente através dos distintos mercados regionais, em “clusters” como prevê a Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio, posteriormente poderá assumir-se como bloco económico o que tem sido visto, já por várias correntes do pensamento económico como um instrumento para a melhoria do bem-estar potencial. Os pressupostos sugerem que a CPLP assuma a estratégia da coordenação, o controlo e a avaliação contínua do processo de Integração Económica em consonância com os seus princípios norteadores.

Palavras-chave: cooperação, Estados-Membros, políticas, integração económica e Aliança Estratégica.

## ABSTRACT

The approach to economic cooperation among Member States moots the Community of Portuguese Language Countries, (CPLP, in Portuguese/Language), influenced by historical, linguistic and cultural ties. The "CPLP Market", with over 240 million inhabitants, present in 4 continents, represents 3.7% of the global population, 4.2% of world trade being only 3% inter-Community. It is intended to highlight ways to promote conciliation methods: political, economic and trade that can be suggested and applied as integration policies. The research methodology was qualitative in nature, uses document analysis for data collection, the technique of content analysis for the structured interview, applied to the representatives of the Organization and its permanent members. It is denoted that the reinforcement within the internationalization of the economies of the Member States, primarily through the various regional markets in clusters as provided by the "Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio", later may be assumed as the economic bloc that has been seen since several currents of economic thought as a tool for improving the welfare potential. Assumptions suggest that the CPLP take the strategy of coordination, monitoring and continuous evaluation of the process of economic integration in line with its guiding principles.

Keywords: cooperation, Member States, policies, economic integration, and Strategic Alliance.

# 1. Introdução

Esta Dissertação para concluir Mestrado em Gestão e Políticas Públicas, ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, tem como objectivo analisar, com um olhar crítico, as possibilidades de uma maior integração comercial e valorização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) estudando os 8 países inseridos nos respectivos mercados regionais: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) Angola e Moçambique; Mercado Comum do Sul (Mercosul) no caso do Brasil; Comunidade Económica do Estados da África Ocidental (CEDEAO) em relação a Cabo Verde e Guiné Bissau; União Europeia (UE) no caso de Portugal; Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) em relação a São Tomé e Príncipe e a Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN) referente a Timor Leste.

O “Mercado CPLP”, com mais de 240 milhões de habitantes, presentes em 4 continentes, por si só, representa um mercado não negligenciável a nível mundial. No tocante a internacionalização das economias dos Estados, a cooperação facilitará, primeiramente o acesso aos distintos mercados regionais, abrindo o leque de oportunidades para expansão comercial e empresarial, na perspectiva de desenvolvimento económico, possibilitar-se-á o estreitamento das relações comerciais no espaço CPLP, indubitavelmente contribuirá para o crescimento económico, criação de emprego, difusão de novas tecnologia entre outras, o que reflectir-se-á na melhoria da qualidade de vida dos seus pares.

Os desafios são grandes, porém a vantagem a vislumbrar a longo prazo supera quaisquer entraves, desde que haja vontade política em transforma-los numa realidade tangível e exequível, institucionalmente, com acordos e mudanças legislativas entre os Estados Soberanos mantendo, no entanto os princípios inerentes a cada Estado. Como *“espaço de cooperação por excelência onde a eliminação de barreiras e particularismos serve o interesse de todo”* (Reto, et al.,2012:192). De facto, a superação das assimetrias existentes entre as nações lusófonas poderá ser uma das formas de estreitar as relações económicas.

No actual contexto de crise financeira mundial e estagnação, o ultrapassar as dificuldades, parece evidenciar que seja reforçada a articulação entre os Estados da CPLP. Serão estas formas de potenciar as políticas de integração, o principal objecto de estudo deste trabalho. Ao estabelecer relações comerciais privilegiadas entre os Estados-membros da CPLP, tais acordos garantem acesso recíproco, facilitadores, aos mercados nacionais/regionais. Logo

os mercados membros da CPLP poderão fortalecer-se frente aos concorrentes mundiais. Criando nalguns produtos ou sectores, importantes sinergias.

Entre as tendências de acordos regionais para o comércio, identificadas pela Organização Mundial para o Comércio (OMC) pode referir *“o processo de expansão e consolidação dos esquemas de integração regional, caracterizados pela consolidação de um número crescente de acordos regionais para o comércio trans-continental”* (Costa, 2010. p.167). O que nos remete a defesa do estreitamento das relações económicas comerciais, como forma de fortalecimento e desenvolvimento económico.

Conforme os autores estudados<sup>1</sup>, para se alcançar uma efectiva integração económica à que percorrer indubitavelmente níveis crescentes de acordos que visam disposições diversas e levam ao alcance dos objectivos propostos no tocante ao que, se deseja como base de uma política de integração económica, assim sendo definem estes acordos em:

- Acordo Preferencial (ou acordos de cooperação comercial), caracteriza-se pela eliminação parcial das barreiras alfandegárias em geral, sob a forma de trocas privilegiadas de redução de alíquotas, com ou sem fixação de cotas de importação, abrangendo parte do universo tarifário sem que se tenha necessariamente de reduzir ou eliminar outras restrições ao comércio. Em geral, estes acordos são herança de antigos impérios coloniais.
- A Zona de Livre Comércio (ZLC) representa a eliminação de tarifas aduaneiras e outras restrições ao comércio entre os países participantes do acordo, ou seja “um agrupamento de vários territórios aduaneiros, nos quais os países suprimem todas as barreiras comerciais entre eles”. Todavia, cada país preserva sua autonomia na gestão da política comercial em relação a terceiros países, mantendo tarifas aduaneiras diferenciadas, bem como o seu controlo, a fim de evitar a triangularização das importações, assim sendo, as regras de um “regime de origem<sup>2</sup>” assumem uma importância crucial. Uma Zona de Comércio Livre exclui geralmente do acordo os sectores sensíveis, como o aço, a agricultura ou o têxtil.
- A União Aduaneira caracteriza-se por uma cedência de soberania mais intensa do que a verificada na ZLC, adoptando uma Pauta Externa Comum (PEC). “Pela que a política comercial se torna comum ao espaço de integração” pressupondo um elevado grau de

---

<sup>1</sup> Costa, Carla Guapo (2010); Medeiros, Eduardo Raposo de (1998).

<sup>2</sup> No caso do comércio de mercadorias, os países assinam Acordos Comerciais amparados pelo marco regulador multilateral da OMC (Artigo XXIV do GATT 1994 e Cláusula de Habilitação), as regras de origem preferenciais têm como objectivo evitar a denominada “triangulação comercial”, isto é, que países que não cumprem os critérios e as condições que dão ao produto carácter de originário de um Acordo se beneficiem das preferências desse Acordo.

motivações de interesse económico que levam os Estados a se envolverem no processo de integração.

- O Mercado Comum prevê a livre circulação, sem qualquer tipo de obstáculos ao intercâmbio de mercadorias e factores de produção, o que concerne na harmonização dos instrumentos da política comercial, fiscal, financeira, trabalhista e de previdência social ou, pelo menos, a convergência de resultados em termos da gestão das políticas que possam afectar directa ou indirectamente o fluxo intra-regional de factores de produção.

- A União Económica caracteriza-se pelo estabelecimento de uma autoridade supranacional que vela pela aplicação das políticas comuns, define critérios e identifica novas políticas objecto de harmonização e procura garantir convergência de resultados para o caso das políticas geridas em âmbito nacional. Gerindo o mercado comum e a estabilidade macroeconómica entre Estados membros, busca atingir a máxima eficácia, através da política económica que deverá ser unificada, ou pelo menos estreitamente coordenada.

- O Bloco Económico de Integração Total caracteriza-se por adoptar uma moeda única e um banco central regional independente, configurando a formação de uma União Económica e Monetária. Este estágio de integração pressupõe a falta de autonomia individual, dos Estados Nacionais, na gestão da política monetária.

Quanto mais for a pretensão de aprofundamento da integração económica, maior será o conjunto de políticas envolvidas no processo de negociação e a necessidade de alcançar harmonização, bem como, a equidade nos resultados. Neste sentido, a integração económica deve ser acompanhada pelo processo de integração política, a interdependência na tomada de decisões, levará em alguns casos a cedência da soberania individual do Estado em favor dos Estados Nacionais que passam à ser responsáveis pela gestão concertada de um conjunto crescente de políticas e instrumentos comuns.

## **1.1 Objecto**

O presente trabalho tem como objecto perceber os mecanismos políticos e económicos e comerciais que possam ser sugeridos e aplicados como políticas de integração e cooperação reforçando as já existentes.

## **Questão Central**

Constitui assim, a nossa questão central, conhecer de que forma, e através de que vias, poderá ser reforçado o estreitamento das Relações Económicas Comerciais entre os Países Língua Portuguesa?

## **1.2 Objectivos**

A investigação tem os seguintes objectivos:

- Constituir directrizes norteadoras para o desenvolvimento económico, empresarial e comercial entre os países da CPLP;
- Estabelecer relações comerciais privilegiadas entre os Estados-membros da CPLP;
- Estabelecer os mecanismos de concertação e cooperação necessários para viabilizar a maior integração económica/comercial entre os países de Língua Portuguesa, não deixando de consolidar os já existentes;
- Divulgar os esforços da CPLP com vista à facilitação da circulação e fixação de empresários e investidores dos Estados-Membros;
- Promover o controlo das acções, para que os Acordos sejam efectivos.

## **1.3 Relevância contextual da Investigação**

Em contexto de crise financeira mundial e estagnação das economias, principalmente as periféricas, parece ser certo que a superação das dificuldades não se faz com acções individuais de cada Estado, mas de forma articulada, e em conjunto, com os demais.

Assim, será deste pensar global que surgiu a necessidade de integrar e reunir esforços no sentido de buscar soluções unificadas que visem a superação dos grandes problemas existentes. A integração não significa perda de soberania, pelo contrário fará ganhar peso político e económico a nível mundial. A implementação de blocos económicos é um dos principais instrumentos para o fortalecimento económico e alcance dos objectivos exigidos pela globalização.

A partir do segundo semestre de 2008 com a crise financeira que abalou as estruturas económicas líderes de mercado. A ascensão do Brasil ao G20 e as grandes descobertas de matéria-prima como: petróleo; carvão; gás natural; dentre outras, principalmente em Moçambique, as chamadas economias emergentes passam a ter maior visibilidade a nível mundial, propiciando o processo de mudança do paradigma conhecido.

A transformação já influência o pensar, em como estes factores unificadores do passado, poder-se-ão valorizar as relações de tal maneira que toda a região lusófona possa usufruir de oportunidades de crescimento económico. Dentre os estudos desenvolvidos neste aspecto, encontra-se o Potencial Económico da Língua Portuguesa, como nos mostra “o conjunto da CPLP ocupava o 8º lugar no PIB mundial, lugar que tem vindo a crescer e deve ser assumido como instrumento fundamental para afirmação da língua portuguesa” (Reto, et al., 2012:18). Ao estabelecer relações comerciais privilegiadas entre os Estados-Membros da CPLP, tais acordos garantem acesso recíproco, facilitadores, aos mercados nacionais/regionais no caso mundial, por meio de um regime especial de preferências tarifárias.

O mercado mundial de trocas de bens exige que os países se adequem a essa nova realidade. Logo os mercados Membros da CPLP poderão fortalecer-se frente aos concorrentes mundiais. Criando nalguns produtos ou sectores, importantes sinergias.

## 1.4 Hipóteses

Neste tópico da pesquisa, vislumbramos as seguintes hipóteses principais, as quais se têm como objectivo:

- O Espaço CPLP representando 4,2% do comércio mundial e só 3% é feito entre eles, apresenta-se como um enorme potencial a ser explorado. Se possível melhorar estes valores? Dê que forma?
- Será possível replicar os exemplos de boa governação dentro do espaço CPLP?
- A Cooperação já existente nos pontos focais poder-se-á ser aprofundada?
- Sob que vias, e actores (Estado/privado/sociedade civil) poderá intensificar as medidas de Cooperação/União?

## **1.5 Metodologia Geral da Pesquisa**

Quanto ao modelo de análise, num primeiro momento foi feito um estudo exploratório para se perceber o que é actualmente a CPLP. Em seguida passar-se-á à fase descritiva e elaboração do processo. Na descrição importará conhecer a CPLP e o trabalho feito ao longo dos seus 17 anos de história. Aqui haverá que elaborar uma apresentação a nível económico, embora sucinta e individual para cada Estado/Membro.

Pretendem-se aferir as possibilidades de análise da metodologia qualitativa da investigação através:

- Observação participativa em algumas Conferências e Seminários ministrado na sede da CPLP/Lisboa e diálogos estabelecido com seus representantes e funcionários;
- Pesquisa e análise de documentos, bem como leituras bibliográficas;
- Entrevista estruturada, com responsáveis da Organização.
- Recolha e análise de dados. Técnicas fundamentais de recolha e análise de dados, com uma discussão das medidas pensadas para reforçarem a credibilidade do estudo.

Quanto à bibliografia, esta fará referência às obras efectivamente mencionadas nesta Dissertação.

## **1.6 Estrutura da Dissertação**

Relativamente à estrutura do texto, o capítulo introdutório abordará a história da CPLP.

No segundo capítulo apresentar-se-á os países Membros bem como suas respectivas situações comercial/económica/financeira e posicionamento global.

O terceiro capítulo pretende-se apresentar os documentos elaborados pela equipa de peritos na cooperação comercial e os ministros da respectiva pasta.

O quarto capítulo conduzirá a entrevista estruturada e suas respectivas possibilidades (apresentação do resultado das entrevistas) procurando perceber e extrair do ponto de vista de cada entrevistado, os anseios ou ambições para a Comunidade, já apontando possíveis respostas à questão central enunciada.



No último capítulo exporemos as conclusões apuradas ao longo da investigação, concretizado o objecto central da dissertação que se pretende serem pressupostos para as Políticas Públicas de Integração e Cooperação Comercial entre os Estados-Membros.

## 1.7 Origem e evolução da Comunidade

O passo inicial para a criação da CPLP ocorreu por ocasião do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, donde decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que desde então se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade.

A criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa “*nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia*” era aspirada anos antes, como vemos no discurso em visita oficial a Cabo Verde em 1983, do então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal Jaime Gama,

*O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre directores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar<sup>3</sup>.*

Contudo o processo ganhou impulso decisivo na década de 90, merecendo destaque o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira e efectivamente em 17 de Julho de 1996, assume as características de seus três pilares fundadores “*a concertação político-diplomática, a cooperação mutuamente vantajosa e a*

---

<sup>3</sup> Compilado [http://www.cplp.org/id-45.aspx/historico/como\\_surgiu](http://www.cplp.org/id-45.aspx/historico/como_surgiu).

*difusão da Língua Portuguesa*”. Passa a ser foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus Membros.

A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira e tem por objectivos gerais:

- a) A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- I. Igualdade soberana dos Estados membros;
- II. Não-ingerência nos assuntos internos de cada estado;
- III. Respeito pela sua identidade nacional;
- IV. Reciprocidade de tratamento;
- V. Primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social;
- VI. Respeito pela sua integridade territorial;
- VII. Promoção do desenvolvimento;
- VIII. Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

O artigo 8º do seu Estatuto<sup>4</sup> define os Órgãos de Gestão como sendo 7 Órgãos de Direcção e Executivos da CPLP:

- 1. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- 2. O Conselho de Ministros;

---

<sup>4</sup> Segue em anexo.

3. O Comité de Concertação Permanente;
4. O Secretariado Executivo;
5. Reuniões Ministeriais Sectoriais;
6. Além dos referidos nos números anteriores, também são órgãos da CPLP a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação;
7. A Assembleia Parlamentar da CPLP é o órgão que reúne os Parlamntos nacionais dos Estados Membros.

Na materialização dos seus objectivos, a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados Membros da CPLP.

Passamos agora a descrever sobre cada Órgão de Gestão, conforme sequência acima.

1. Órgão supremo na gestão a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, doravante apenas CCEG.

I Conferência realizou-se em Lisboa (Portugal). Nos dias 16 e 17 de Julho de 1996 e desde então ocorreram 9 Conferências dos Chefes de Estado da CPLP, estando sob sua jurisdição

- a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- b) Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados-Membros. As decisões são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os países da Comunidade.

II CCEG realizada na cidade de Praia (Cabo Verde) de 16 a 17 de Julho de 1998. Gerando a Declaração da Praia<sup>5</sup>.

Como distinção nos trabalhos, houve a Declaração sobre Educação e vários acordos de Cooperação, dentre os quais destacamos o Acordo de Cooperação entre a CPLP e o Fórum Empresarial de Língua Portuguesa (FELP).

III Conferência ocorreu na cidade de Maputo/Moçambique com a participação de Timor Leste. Gerando a Declaração de Maputo<sup>6</sup>

Em Julho de 2000, na capital de Moçambique, ocasião histórica pela participação do Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, a quem transmitiram o desejo de que, a breve prazo, Timor Leste requeira a sua adesão à CPLP, como seu oitavo membro. Dentre outras decisões, houve o reforço de todas as iniciativas que contribuam para a promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e apresentou-se as conclusões do Colóquio sobre o Estatuto Jurídico da Lusofonia, referentes à necessidade de dar efectividade ao exercício de direitos de cidadania no espaço da CPLP.

IV Conferência em Brasília/Brasil 2002. Com a Declaração de Brasília.

Houve grandes avanços na área de saúde com o Acordo de cooperação entre os Estados-Membros ao programa de combate VIH/SIDA e para a erradicação das doenças endémicas, em particular a malária e a tuberculose.

Destaque neste ano, foi para o início da realização de Reuniões Ministeriais nos seguintes sectores: Administração Pública, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Correios e Telecomunicações, Cultura, Educação, Defesa, Desporto, Justiça, Pescas, Presidência e Assuntos Parlamentares, Trabalho e Emprego e Juventude. (conforme texto da Declaração).

V CCEG decorreu em São Tomé/São Tomé e Príncipe em Julho de 2004. Produzindo a Declaração de São Tomé.

---

<sup>5</sup> Fonte das informações que se apresenta.

<sup>6</sup> Fonte das informações.

Conforme extraído do seu texto, dentre os acordos distinguir-se a importância da área de Governo Electrónico e as aplicações das novas tecnologias na promoção da boa-governança, transparência e cidadania.

VI CCEG, realizada em Bissau/Guiné-Bissau em de Julho de 2006. Gerada a Declaração de Bissau.

Dentre as medidas adoptadas, subscreveram o compromisso fundamental, inscrito na Declaração do Milénio<sup>7</sup>, de erradicação da fome e da pobreza ou, pelo menos, de sua redução para metade até 2015, comprometendo-se também à desenvolver esforços e mobilizar recursos, internos e internacionais, para a concretização dos outros objectivos inscritos na Declaração do Milénio, bem como o fortalecimento do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), levando a cabo profundas reformas estruturais, com vista a melhor adaptar o seu funcionamento aos objectivos e prioridades definidos pela CPLP.

VII CCEG em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008. Gerando a Declaração de Lisboa, à qual segue descrição abaixo.

Sob o tema “A Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global”, permitiu a adopção de uma Declaração sobre a Língua Portuguesa, que consagra o compromisso de uma actuação conjunta com vista a uma efectiva universalização da Língua Portuguesa, através de medidas concretas e verificáveis.

Provavelmente a maior de todas as Declarações, observando grande articulação diplomática em todo o seu texto, desde a: decisão de implementar o Direito Internacional Humanitário (DIH) nos Estados-Membros, como prioridade política da Comunidade; da parceria entre a CPLP e o Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Lisboa, celebrada por um Protocolo de Colaboração para o intercâmbio de informação e experiências no âmbito da protecção social, da inspecção do trabalho e do combate ao trabalho infantil, bem como o estímulo a envolvimento e participação da sociedade civil. Nota-se um reforço acrescido rumo há uma maior integração e cooperação com outros blocos económicos como podemos observar *“No âmbito da concertação político – diplomática, realçando:*

---

<sup>7</sup> Cimeira do Milénio – realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque na Sede das Nações Unidas. Estabeleceram a “Carta das bases indispensáveis de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo” Declaração do Milénio, as quais encontram-se os 8 objectivos, que se pretendem alcançar até 2015.

*i) A necessidade de a CPLP continuar a desenvolver uma acção estratégica de projecção internacional, consolidando-a através:*

*- do reforço das relações que mantém com a Organização das Nações Unidas e suas Agências Especializadas, de que se destacam o Protocolo de Cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Acordo de Cooperação com o Secretariado da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação em Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação Particularmente em África.*

*- do estabelecimento de parcerias com as Organizações Regionais e Sub-regionais em que se inserem os seus Estados-Membros, de que se destaca o Memorando de Entendimento assinado com a Comissão Europeia. Neste quadro, estão em fase de conclusão memorandos de entendimento com a União Africana (UA), a Organização Internacional da Francofonia (OIF), o Conselho da Europa, a Comunidade das Democracias (CdC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)”.*

VIII CCEG Em Julho de 2010 ocorreu em Luanda/Angola, com a produção da Declaração de Luanda, entre as quais transcrevemos.

Com o tema “A Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP”, dentre as decisões encontra-se o registo da Confederação Empresarial da CPLP, criada a 22 de Março de 2010, em Lisboa, que, integrando as associações empresariais e empresas do espaço da CPLP, se constitui como representante destas e instrumento privilegiado para potenciar e incentivar experiências e oportunidades de negócios entre os países lusófonos, ampliando as possibilidades de trocas e de criação de mais parcerias, com vantagens para todos os países de língua portuguesa; bem como o estímulo a realização do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP a decorrer no mesmo ano.

*O “encontro identificou áreas prioritárias de cooperação para o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados-Membros a serem exploradas com o apoio da participação social e mediante o seu funcionamento efectivo”.*

Notamos que a partir de 2008 com o envolvimento de outras instâncias organizacionais e sociedade civil o foco deixa de estar apenas na diplomacia política, passando pela necessidade de efectivamente haver crescimento económico e desenvolvimento na Comunidade.

IX CCEG realizada em Maputo/Moçambique em 20 de Julho de 2012. Produzindo a Declaração de Maputo, da qual extrai-se as informações que se segue.

Subordinada ao tema “A CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional”, dentre os trabalhos de destaque estão a criação do Conselho Económico e Social da CPLP (CES-CPLP), como entidade tripartida de consultas em matéria económica e social, envolvendo a Confederação Empresarial da CPLP e a Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa, que deverá assentar em bases financeiras e organizativas auto-sustentáveis.

A conclusão da revisão dos Estatutos, adequando-o à evolução da Comunidade, que contribuirá para a estabilidade funcional da Organização. Com a crescente demanda e necessidade de planeamento e concertação entre os Pontos Focais de Cooperação (PFC) e/ou os Gabinetes de Coordenação Nacional CPLP, já existentes em alguns Estados-Membros, exigiram a criação nos outros, bem como as estruturas de suporte das Reuniões Ministeriais, designadamente os Secretariados Técnicos Permanentes, a fim de fomentar as acções a serem desenvolvidas.

2. O Conselho de Ministros (CM) – na hierarquia da gestão, estão abaixo da CCEG - é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores dos oito Estados-Membros. Sendo eleito entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos, normalmente, o Ministro do país anfitrião, reunindo-se ordinariamente, uma vez por ano e extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados-Membros. As decisões são tomadas por consenso, tendo por competências:

- a) Coordenar as actividades da CPLP;
- b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
- c) Aprovar o orçamento da CPLP;
- d) Formular recomendações à CCEG em assuntos de política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;
- e) Recomendar à Conferência de Chefes de Estado os candidatos para os cargos de Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto;
- f) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP;
- g) Realizar outras tarefas que lhe forem confiadas pela CCEG.

3. Outro órgão de gerência é o Comité de Concertação Permanente (CCP) sendo constituído por um representante de cada um dos Estados-Membros da CPLP.

Tendo por funções:

O acompanhamento e o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP;

Acompanhar as acções levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação da política geral da CPLP.

O CCP reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que seja necessário. Coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros. As decisões também são tomadas por consenso, sendo que pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas. O CCP pode tomar decisões sobre alguns dos assuntos mencionados no artigo 12º dos Estatutos da CPLP (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006), ad referendum do Conselho de Ministros:

- a) Coordenar as actividades da CPLP;
- b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
- c) Definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP;
- d) Aprovar o orçamento da CPLP e do IILP.

4. O principal órgão executivo da CPLP é o Secretariado Executivo.

O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo, sendo uma alta personalidade de um dos Estados-membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados-Membros, por ordem alfabética crescente. No final do mandato, o Estado-Membro cujo representante nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo tem a possibilidade de apresentar a sua recandidatura, por mais um mandato de dois anos. Sendo auxiliado nas suas funções pelo Director-Geral este é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados-Membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período. O Director-Geral é o responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projectos activados pelo Secretariado. Estando sob sua alçada:



- a) Implementar as decisões da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Comité de Concertação Permanente;
- b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
- c) Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;
- d) Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.

5. As Reuniões Ministeriais Sectoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados-Membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.
6. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC) em claro reconhecimento da sua importância que o Conselho de Ministros integrou a RPFC como órgão da CPLP, na revisão dos Estatutos, em 2002, em Brasília. Congrega as unidades responsáveis, nos Estados-Membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP, coordenada pelo representante do Estado-Membro que detém a Presidência do Conselho de Ministros.

Segundo o artigo 5º do Acordo Geral de Cooperação, “os *Estados-Membros designarão um ponto focal como órgão coordenador nacional de programas e projectos a serem desenvolvidos no âmbito do Acordo*”.

De acordo com o artigo 20º dos Estatutos, incumbe à RPFC, assessorar os demais órgãos da Comunidade em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da CPLP. Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados. Quando coincide com a CCEG ou Reuniões do Conselho de Ministros, a RPFC realiza-se na cidade anfitriã desses eventos. Nos demais casos, a Reunião tem lugar na sede da CPLP, em Lisboa.

7. A Assembleia Parlamentar (AP) foi instituída pelo XII Reunião do CM em Novembro de 2007, que decorreu em Lisboa. O órgão reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países. Sendo competência da AP:

- a) Apreciar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatutária e a actividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos;
- b) Emitir parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP;
- c) Reunir-se, a fim de analisar e debater as respectivas actividades e programas, com o Presidente do Conselho de Ministros, o Secretário Executivo e o Director Executivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP e com os responsáveis por outros organismos equiparáveis que venham a ser criados no âmbito da Organização;
- d) Adoptar, no âmbito das suas competências e por deliberação que reúna a maioria expressa do conjunto das suas delegações, votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações.

### **1.7.1 Mecanismos de abertura e parcerias**

A fim de alargar as colaborações extra-comunitárias e permitir o eventual ingresso de Estados ou regiões lusófonos que pertencem a Estados terceiros, mediante acordo com os Estados-Membros, foi criado na IIª CCEG<sup>8</sup> o Estatuto de Observador e em 2005, no CM reunido em Luanda, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado para estes Estados e de Observador Consultivo para Entidades da Sociedade Civil.

Os Estados que pretendam aderir ao Estatuto de Observador Associado, terão de partilhar os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, e prossigam através dos seus programas de governo objectivos idênticos aos da Organização, mesmo que, à partida, não reúnam as condições necessárias para serem membros de pleno direito da CPLP. As candidaturas deverão ser devidamente fundamentadas de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objectivos da CPLP. Sendo apresentadas ao Secretariado Executivo que, após apreciação do CCP, as encaminhará para o CM, o qual recomendará a decisão final a ser tomada pela CCEG. Os mesmos beneficiarão dessa qualidade à título permanente e poderão participar, sem direito a voto, nas CCEG, bem como no CM, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados.

---

<sup>8</sup> Declaração de Praia – citada página 10.

Poderão ser convidados para Reuniões de carácter técnico e passam a gozar dos direitos enumerados no artigo 7º dos Estatutos<sup>9</sup>.

Qualquer Estado-Membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores.

A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações às condições que recomendaram a sua concessão.

A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respectiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo CCP.

Neste contexto, no XIº reunião do CM, reunido em Bissau/Julho de 2006, foi recomendada a atribuição do Estatuto de Observador Associado à República da Guiné-Equatorial e à República da Ilha Maurícia. Senegal recebeu o Estatuto durante a CCEG em Lisboa/2008.

A categoria de Observador Consultivo (OC) pode ser atribuída a organizações da sociedade civil empenhadas nos objectivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com acções específicas no âmbito da Organização. A colaboração entre a CPLP e os OC compreende o domínio da promoção e difusão da Língua Portuguesa, assim como todas as áreas de cooperação nas quais a CPLP desenvolve acções específicas. A atribuição de OC da CPLP está limitada ao máximo de cinco por ano. A manutenção da categoria de OC estará sujeita à continuidade das condições que determinaram a sua concessão, bem como o cumprimento do estabelecido no Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP.

Analisando os 17 anos de história podemos observar que o processo de cooperação na Comunidade com bases política/diplomática foi de facto contido, provavelmente pela descontinuidade geográfica e pela necessidade de afirmação dos Estados-Membros, sendo na sua maioria estruturas em processo de definição político/democrático/soberano, justificando assim essa integração facetada muito assente nos pilares da diplomacia e difusão da língua esquecendo por circunstâncias o seu terceiro pilar a “cooperação mutuamente vantajosa”, sendo este o que sustentará nossa justificação ou seja uma maior integração económica dentro do espaço CPLP, podendo o mesmo assumir-se como bloco económico o que tem sido visto, já por várias correntes do pensamento económico como um instrumento para a melhoria do bem-estar potencial,

---

<sup>9</sup> Em anexos.

*do ponto de vista da teoria tradicional, a perspectiva adoptada é a dos efeitos da integração sobre a eficiência económica e o bem-estar, geralmente em termos de ganhos estáticos...e podem gerar ganhos potenciais em termos do rendimento global do bloco (Costa, 2010. Pag.180).*

Entretanto com a participação de outros actores no processo de consolidação, a partir da Cimeira de Lisboa em 2008 surge como vimos e esta presente no discurso do então Secretário Executivo Doutor Domingos Simões Pereira,

*Mas vê nestes – Estados membros – janelas de oportunidades para a integração e desenvolvimento de espaços globais e inclusivos; cujo o âmbito de intervenção vai se definindo e alargando em função da construção democrática dos Estados e do amadurecimento da sociedades civis.....assente na premissa da afirmação soberana de cada um dos Estados membros em igualdade de circunstância.*

Observamos que somente após dois anos de funcionamento da Confederação Empresarial da CPLP, é que efectivamente foi realizada a I Reunião dos Ministros do Comércio da CPLP, a 14 de Maio de 2012, em Luanda, como fórum privilegiado para o debate e orientações para a promoção do reforço da integração económica da CPLP e melhoria do clima de negócios nos Países da Comunidade com aprovação do Relatório Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento<sup>10</sup> como documento base da cooperação no domínio do Comércio e Investimento, com o enfoque da cooperação económica e empresarial nos seguintes “Clusters” e Sectores de desenvolvimento de interesse comum aos Estados-Membros da CPLP: Conhecimento (Investigação e Desenvolvimento); Novas Tecnologias; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Infraestruturas; Mar e Recursos Naturais; Energia e Turismo; e que propõe como eixos de cooperação económica na CPLP, para ultrapassar as dificuldades estruturais ao desenvolvimento do Comércio e Investimento, a melhoria do ambiente de negócios, a capacitação institucional e empresarial e a melhoria dos mecanismos de financiamento.

---

<sup>10</sup> Será pormenorizado no III capítulo.

## 2. Os Países da Comunidade

### 2.1 República de Angola<sup>11</sup>

Capital: Luanda

Moeda: Kwanza

A população é de quase 19 milhões de habitantes, oriundas de diferentes etnias, como os bakongos, kimbundus, ovibundos (do grupo bantu) e outros. O português é o idioma oficial, mas existem línguas tribais de origem bantu. Em 1484 os portugueses atracaram no Zaire, sob o comando do navegador Diogo Cão, a partir deste marco, a conquistar não apenas Angola, mas África.

Já instalada a primeira grande unidade política do território, passaria à história como Reino do Congo. A Colónia portuguesa de Angola formou-se em 1575 com a chegada de Paulo Dias de Novais com 100 famílias de colonos e 400 soldados, que tinham como principais acções explorar os recursos naturais e promover o tráfico negreiro (escravatura) formando um extenso mercado.

A partir de 1764, de uma sociedade escravagista, passou-se gradualmente a uma sociedade preocupada em produzir o que consumia. Em 1850, Luanda já era uma grande cidade, repleta de firmas comerciais e que exportava conjuntamente com Benguela, óleos de palma e amendoim, cera, goma copal, madeiras, marfim, algodão, café e cacau, milho, tabaco (carne seca e farinha de mandioca) começariam igualmente a ser produzidos.

O fim da monarquia em Portugal em 1910 e uma conjuntura internacional favorável levariam as novas reformas ao domínio administrativo, agrário e educativo. No plano económico, inicia-se a exploração intensiva de diamantes. A DIAMANG (Companhia de Diamantes de Angola) é fundada em 1921, embora operasse desde 1916 na região de Luanda. Angola passa a ser mais uma das províncias (Província Ultramarina).

*“A estagnação económica, a solidariedade internacional às independências e os reveses militares portugueses na África levaram ao êxito da resistência angolana”*(Visentini, et al.,2012:207). A Revolução dos Cravos, em 1974, reconhece o direito à independência, formando com o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional

---

<sup>11</sup> Para além das fontes bibliográficas citadas no corpo do texto, as informações encontram-se em: <http://www.cplp.org/id-23.aspx> e <http://www.governo.gov.ao/Historia.aspx> pesquisa efectuada dia 06/07/2013 as 13hs.

para Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Portugal um - governo de transição - em 1975 através dos Acordos de Alvor.

Desde 1992, ano das primeiras eleições gerais, que a democracia multipartidária governa Angola. Tendo como grande desafio a reconstrução de um dos países de futuro mais promissor de toda a África que, no entanto, paradoxalmente com a sua riqueza natural vive ainda uma duríssima realidade, como vemos em Visentini, Paulo Fagundes. E Equipa Cebrafrica. Os Países Africanos. Diversidades de um Continente.

*Pois é uma nação de imensas riquezas naturais, mas que ainda sofre os efeitos de mais de 40 ano de guerra civil. Hoje, a nação angolana dá sinais de recuperação e de avanço no caminho do desenvolvimento...O novo quadro político angolano proporcionou condições para uma política externa mais pragmática do que a anterior, pois o governo vê como prioridade o desenvolvimento das infraestruturas do país baseado em busca de parcerias externas sem opções excludentes (Visentini, et al.,2012:205 e 209).*

Finais dos anos 90 com o fim dos conflitos internos, a diplomacia angolana têm buscado sua reinserção regional e ampliação dos aliados internacionais. O governo tem privilegiado as relações com a China, mas não abandonou os parceiros tradicionais como Portugal e Brasil. Simultaneamente, o governo concentrou a sua atenção na política de segurança regional, na África Austral e em relação à República Democrática do Congo, para garantir que suas fronteiras sejam seguras.

*O interesse dos EUA e da China na região tem aumentado em razão das riquezas minerais. A África já responde por mais de 15% das importações norte-americanas de petróleo e a China chega a importar 30% do petróleo produzido na África, especialmente de Angola (Visentini, et al.,2012:209).*

Angola possui uma grande diversidade de recursos naturais. Estima-se que seu subsolo tenha 35 dos 45 minerais mais importantes do comércio mundial, entre os quais se destacam petróleo, diamante e gás natural. Há também grandes reservas de fosfato, ferro, manganésio, cobre, ouro e rochas ornamentais, além de uma grande produção pecuária. A cultura do café e o petróleo, juntas representam 90% das exportações.

*Na economia o Produto Interno Bruto (PIB) angolano é de US\$ 69 bilhões, formado por 9,6% de sector agrícola, 65,8% de setor da indústria e 24,6% de setor de serviços e teve uma taxa de crescimento de 16% de 2007 para 2008. Aproximadamente 85% da força de trabalho do país se encontra na agricultura. A produção de petróleo e as suas atividades de apoio contribuem com aproximadamente 85% do PIB do país. O aumento da produção sustentou o crescimento médio superior a 15% por ano entre 2004 a 2007. (Visentini, et al.,2012:209 e 210).*

Desde 2005, o governo tem obtido linhas de crédito com a China, Brasil, Portugal, Alemanha, Espanha, e União Europeia para reconstruir a infraestrutura pública de Angola. O autor continua.

*Embora a inflação ao consumidor tenha caído de 325% em 2000 para menos de 12% em 2008, a política de estabilização ainda se mostra frágil e Angola abandonou a paridade cambial em 2009. O país é o segundo maior produtor de petróleo do continente, sendo que a extração e o refino de petróleo e gás natural é a base do PIB angolano” (Visentini, et al.,2012:210).*

Também Souza, António Rebelo em *De um novo conceito de desenvolvimento no quadro da economia internacional*, cita “a massa monetária tem vindo a conhecer uma expansão muito superior ao que seria previsível...uma vez que, o ritmo de crescimento foi de, aproximadamente, 60%, em 2005, e de 43% (ou mesmo um pouco mais) em 2006” (Souza, 2008:27).

**Quadro 1- Angola evolução do PIB nos últimos quatro anos**

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	3,4	3,1	7,4	7,1
Inflação (t.v.a. homóloga)	15,3	11,4	9,0	9,0
Massa monetária (t.v.a.)	7,1	34,0	7,8	31,5
Balança corrente (% PIB não-petr.)	9,0	10,8	8,5	6,6
Saldo orçamental (% PIB não petr.)	5,5	10,3	8,7	-3,4
Dívida externa (% PIB não petr.)	21,6	19,8	19,5	20,4

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional e Cadernos de Cooperação Abril/2013 - Banco de Portugal.

Referenciando o mesmo caderno.

*O aumento da produção petrolífera e uma condução prudente da política macroeconómica foram determinantes para que se consolidasse em 2012 a recuperação da economia angolana. Pôde, assim, verificar-se simultaneamente uma intensificação do crescimento económico, o reforço das contas públicas, a melhoria da posição externa e a queda da inflação para valores de um só dígito (pela primeira vez em mais de vinte anos). (Caderno de Cooperação do B. Portugal de Abril/2013).*



## 2.2 Republica Federativa do Brasil<sup>12</sup>

Capital: Brasília.

Moeda Real (BRL).

A população brasileira em 2012 era de 193.946.886 habitantes, de diferentes etnias como Índios; portugueses; africanos e outros.

Em 22 de Abril de 1500 chegava ao Brasil 13 caravelas portuguesas lideradas por Pedro Álvares Cabral. A primeira vista, eles acreditavam tratar-se de um grande monte, e chamaram-no de Monte Pascoal. Ao partirem do local em direcção à Índia, Cabral, na incerteza se a terra descoberta tratava-se de um continente ou de uma grande ilha, alterou o nome para Ilha de Vera Cruz. A nova terra passou a ser chamada de Terra de Santa Cruz. Somente depois da descoberta do pau-brasil, ocorrida no ano de 1511, o país passou a ser chamado pelo nome Brasil.

Diante do facto de Espanha e Portugal terem as mesmas ambições e com objectivo de evitar guerras pela posse das terras, ambos assinaram o Tratado de Tordesilhas, em 1494. De acordo com este acordo, Portugal ficou com as terras recém-descobertas que estavam a leste da linha imaginária (200 milhas a oeste das ilhas de Cabo Verde), enquanto a Espanha ficou com as terras a oeste desta linha.

De 1530 até século XVII houve o Ciclo do açúcar com a larga da produção cana-de-açúcar no nordeste brasileiro e o uso de mão-de-obra escrava de origem africana. A capital do Brasil é estabelecida em Salvador.

Nos séculos XVI e XVII, os bandeirantes começam a explorar o interior do Brasil em busca de índios, escravos fugitivos e metais preciosos. Com isso, ampliam as fronteiras do Brasil além do Tratado de Tordesilhas.

Em meados do século XVIII começam a ser descobertas as primeiras minas de ouro na região de Minas Gerais, inicia-se o Ciclo do ouro.

Período Joanino de 1808 à 1821. Portugal presta a ser invadido pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Sem condições militares para enfrentar os franceses, o príncipe regente de Portugal, D. João, resolveu transferir a corte portuguesa para sua mais importante colónia, contando, neste empreendimento, com a ajuda dos aliados ingleses. D.

---

<sup>12</sup> As informações contidas neste tópico encontram-se em: [www.cplp.org/id-24.aspx](http://www.cplp.org/id-24.aspx) e <http://www.historiabrasileira.com/> pesquisa efectuada em 28/06/2013.

João adoptou várias medidas económicas que favoreceram o desenvolvimento brasileiro a partir da abertura dos Portos Às Nações Amigas.

Brasil Imperial é um período da história compreendido, entre 7 de Setembro de 1822 dia da Independência do Brasil, a 15 de Novembro de 1889, Proclamação da República.

Com Juscelino Kubitschek de Oliveira a partir de 31 de Janeiro 1956, responsável pela construção de Brasília, o país experimenta um ciclo de desenvolvimento.

Em 31 de Março de 1964, um golpe militar, tira do poder o presidente João Goulart. Início da ditadura. A década 70 conhecida como Milagre Económico, com a chegada de grandes empresas multinacionais e com a migração de inúmeras indústrias para a região receptora de incentivos na área mineira da SUDENE. Os anos 1980, considerados como a Década Perdida, por perdas económicas, ocorridas através de baixas no PIB, aceleração da inflação, produção industrial fraca, perda do poder de compra dos salários e escassez de empregos. Marcada ainda pelo fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização do país. A partir da crise energética dos anos 1970, o país experimentou um crescente défice na sua balança comercial até 2001, quando apresentou um superavit. Ao mesmo tempo, o Estado contraiu uma enorme dívida externa. Nos anos 1990, as taxas de juros mantiveram-se altas para atrair capital, ocasionando estagnação económica. Iniciando a partir de 1994 com o governo FHC – então presidente Fernando Henrique Cardoso com criação do Real e as reformas estruturais que colocaram o país na posição de relativo destaque alcançada a partir do governo Lula – Luís Inácio Lula da Silva e sua sucessora. Entretanto os grandes problemas brasileiros persistem, nomeadamente: a corrupção e o clientelismo político; a disparidade social; a precária infraestrutura, dentre outros.

Pelo facto de a industrialização se concentrar no triângulo formado por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, bem como à ineficiente rede rodoviária, o desenvolvimento económico entre as regiões reflectem-se nas condições sociais, acentuando as discrepâncias na distribuição de riqueza e de oportunidades de trabalho.

A actividade é variada e tem como produtos de destaque no sector primário a produção: café, banana, cacau, tabaco, açúcar, feijão, citrinos, milho, soja, algodão, arroz, trigo, batata e mandioca. Ocupando posições de destaque mundial na produção dessas culturas. Cerca de 60% da superfície do país é florestal. É o primeiro produtor sul-americano de caucho (arvore amazónica, da qual se extrai o latex), também exporta outras espécies, como o cedro e a nogueira. A pecuária tem demonstrado uma evolução nas últimas década com a modernização das técnicas e a formação profissional.

No sector mineral, o país possui a segunda maior reserva de ferro do mundo em Minas Gerais e Pará (serra dos Carajás), além de manganésio, crómio, níquel, carvão, fosfatos, cobre, urânio e bauxite. Também possui reservas petrolíferas e tornou-se recentemente auto-suficiente nesse sector. Devido ao relevo hidrográfico acidentado, mais de 90% da energia consumida no país é proveniente de hidroelétricas. O sector secundário gira em torno das indústrias automobilísticas, siderúrgica, têxtil, química, de derivados agro-pecuários (açúcar, cacau, café, carne) e metalúrgica (aço, alumínio, ferro, zinco, chumbo).

No Turismo, o Brasil tem também aplicado uma política com grande dinamismo tanto a nível nacional como internacional.

## Quadro 2 – Brasil evolução do PIB nos últimos quatro anos

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 31/08/13
PIB real (t.v. anual)	7,5	2,7	0,9	4,1
Inflação (t.v.a. homóloga)	5,9	6,5	5,8	5,7
Massa monetária (t.v.a.)	12,6	12,0	7,9	8,2
Balança corrente (% PIB)	20,1	29,8	19,4	-
Saldo orçamental (% PIB)	-2,5	-2,6	-2,4	-2,4
Dívida externa (% PIB)	39,2	36,4	35,2	34,4

Fontes: Banco Central do Brasil, Ministério da Fazenda e IBGE.

Os Brasil encontram-se num bom momento de expansão, considerado um país emergente, o país ocupa o 8º lugar, dentre as maiores economias do mundo. Contudo, o crescimento do PIB desiludiu em 2012. Espera-se uma recuperação em 2013, mas no geral houve uma retracção das economias emergentes.

## 2.3 Cabo Verde<sup>13</sup>

Capital: Cidade da Praia

Moeda: Escudo Cabo Verde

A população cabo-verdiana em 2010 era de 491.575 indivíduos, estima-se que já passa de meio milhão.

Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses no ano de 1460. Como o arquipélago era desabitado, os portugueses deram início ao povoamento, a nação surge com a miscigenação dos nativos da costa ocidental da África; genoveses e portugueses.

Por ocupar uma situação privilegiada, na encruzilhada entre os três continentes, Europa, América e África, Cabo Verde foi um entreposto importante para os portugueses no chamado tráfico negreiro. Em Cabo Verde, foi erigida a primeira cidade construída por europeus nas colónias, a cidade de Ribeira Grande. Ficou activa por mais de três séculos, antes que a capital fosse transferida para cidade de Praia, capital de Cabo Verde actualmente.

Nos séculos seguintes, Cabo Verde conheceu vários ciclos, como o do Sal e da Pesca da Baleia que dá visibilidade às ilhas do Maio, Sal e Boa Vista; o da imigração para as Américas e para o Sul; e o do Carvão, na sequência da Revolução Industrial Inglesa, que vai determinar o povoamento e o desenvolvimento da Ilha de São Vicente e Porto Grande.

A inexistência de Universidade nas Colónias forçou os jovens que terminavam o liceu a se deslocarem para a Metrópole, caso quisessem frequentar o ensino superior. Contudo ia para Portugal quem tinha meios.

Constituído em Portugal continental, em finais da década de 40, um grupo de pensadores, integrado por Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Humberto Machado, Noémia de Sousa, Alda Espírito Santo e Francisco José Tenreiro, que reivindicaram a emancipação da tutela colonial o que desencadeou a luta armada.

Em 26 de agosto de 1974, em Londres e depois em Argel, o governo Português reconheceu o Estado da Guiné-Bissau, assim como o direito de Cabo Verde à Independência e no ano seguinte a Assembleia proclamou a Independência da República de Cabo Verde em 5 de

---

<sup>13</sup>As informações bibliográficas foram extraídas de: <http://www.cplp.org/id-25.aspx> e [https://portoncv.gov.cv/portal/page?\\_pageid=118,188596&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&p\\_dominio=28&p\\_menu=20&p\\_item=299](https://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=28&p_menu=20&p_item=299) pesquisa efectuada em 08/07/2013 as 9hs.

Julho de 1975 e promulgou uma lei sobre a Organização Política do Estado (a qual funcionou como uma Constituição até a aprovação desta em 5 de Setembro de 1980).

A primeira coisa que foi feita na sequência da Independência foi a reflorestação das ilhas, diversas reformas agrárias, a expansão das zonas de floresta e a promoção da pesca para auto-abastecimento, uma vez que os longos períodos de seca impediam o crescimento da agricultura.

Na década de 80, dívida externa era altíssima e a fome fazia com que o país dependesse da ajuda externa. Foi nos anos 90 que o turismo ganha força e importância no país. Nos primeiros anos do novo milénio, começam a surgir diversas infra-estruturas, estradas, centros de saúde, investimentos privados, o que fez do actual Cabo Verde, um importante destino turístico.

Encontramos ainda *“a economia cabo-verdiana passou, directamente de especialização primária para um modelo de especialização industrial (com alguma, ainda que limitada, diversificação de serviços) vindo a implementar uma política de estabilização macroeconómica consistente.”* (Souza, 2008:32-33.)

### Quadro 3 - Cabo Verde evolução do PIB nos últimos quatro anos

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	3,7	5,0	4,3	4,1
Inflação (t.v.a. homóloga)	3,4	3,6	4,1	3,5
Massa monetária (t.v.a.)	5,9	3,6	4,7	6,5
Balança corrente (% PIB)	-12,9	-15,0	-11,1	-13,2
Saldo orçamental (% PIB)	-11,0	-8,8	-11,3	-7,6
Dívida pública (% PIB)	81,8	84,9	88,0	95,1
	51,7	56,1	59,8	67,4

\*da qual: Externa

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min.Fin. de Cabo Verde e Fundo Monetário Internacional e Cadernos de Cooperação Abril/2013 - Banco de Portugal.

No mesmo caderno.

*O ambiente externo adverso e a fraca procura interna induziram um abrandamento da atividade económica em 2012. Contudo, o bom comportamento das receitas de turismo e a diminuição das importações de bens permitiram a redução do défice da balança corrente e o reforço das reservas cambiais, apesar da diminuição acentuada*

*do investimento direto externo.”* (Caderno de Cooperação do B. Portugal de Abril/2013).

## 2.4 Guiné-Bissau<sup>14</sup>

Capital: Bissau

Moeda: Franco CFA

Estima-se que a população em 2011 era de 1.628.603 habitantes.

A Guiné-Bissau é uma pequena nação de língua portuguesa situada na África ocidental, a língua oficial é a português, mas também são falados Crioulo Guineense e outras línguas africanas.

Pertencia aos Impérios do Mali e Songhai, o povo da Guiné-Bissau alcançou a independência, ameaçada a partir do final do século XV, com a presença portuguesa na região. O navegador português Álvaro Fernandes chegou à Guiné em 1446, e reclamou a posse do território. Somente na Dinastia Filipina, houve a fundação da vila de Cacheu (1588) sujeita administrativamente ao arquipélago de Cabo Verde. No mesmo contexto, foi estabelecida, em 1630, a Capitania-Geral da Guiné Portuguesa para a administração do território. Em finais do século XVII edificou-se a fortaleza de Bissau, período em que os franceses começavam a afirmar a sua presença na região. Em 1753 foi restabelecida a Capitania de Bissau.

Em 1951, a Guiné-Bissau mudou de estatuto, tornando-se numa Província Ultramarina de Portugal.

*Na década de 1950 o índice de mortalidade infantil atingia 600 óbitos para cada mil crianças nascida, havia um número ínfimo de médicos no país e a alfabetização alcançava apenas 1 % da população. No início da década de 1960 só havia registro de 11 guineenses com educação secundária completa (Visentini, et al.,2012:98).*

Foi neste contexto de miséria e abandono que Amílcar Cabral fundou em 1954 a Associação de Desportos e Recreação e após 2 anos transformou-se no Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Assim, com o trabalho de organização política e militar realizado por Amílcar Cabral, o país foi, a primeira colónia portuguesa da África a conquistar a independência. Realizou-se a reforma agrária e a diversificação da agricultura, optaram por um modelo socializante, promovendo campanhas

---

<sup>14</sup>As informações contidas neste tópico foram compiladas de: <http://www.cplp.org/id-26.aspx> e <http://www.anpguinebissau.org/historia/historia-guine-bissau/historia-da-guine-bissau> pesquisa efectuada dia 15/07/2013 as 8.30hs.

de alfabetização da população. Na política externa o governo passou a apoiar incondicionalmente a luta contra o apartheid e pelo fim do colonialismo.

Em 1984 o chefe de Estado guineense “*propôs uma cooperação privilegiada com Portugal e Brasil, estreitando assim os laços com os dois países de língua portuguesa, com o intuito de preservar a língua comum, já que esta vinha perdendo espaço entre as novas gerações*” (Visentini, et al.,2012:98).

O país apresenta-se com grande instabilidade política, com sucessivos golpes de Estado, tanto que a comunidade internacional vê-se obrigada a pressionar e a colaborar com a restauração.

*A Guiné-Bissau é um dos seis países mais pobres do mundo. Sua economia é baseada, principalmente, na pesca e na agricultura, com especial importância para a castanha de caju principal produto de exportação e para o arroz, principal cultura de alimentação básica. Outra fonte importante de rendas é a venda, para empresa estrangeiras, de licenças para a pesca na costa guineense.* (Visentini, et al.,2012:100).

A pobreza ainda é uma marca do país, mas a descoberta de petróleo abre novas possibilidades de desenvolvimento económico, travada no entanto, pela instabilidade política, pois a nação ainda é marcada por divisões étnicas e disputa do poder.

A principal entrada de moeda forte se dá através de doações de fundos estrangeiros, chegando a representar 30% do PIB. A infraestrutura do país se manteve bastante reduzida desde a independência. A diversificação da produção se mostra crucial a médio prazo, havendo, entretanto, poucas alternativas na agricultura para a sua pequena economia de escala. (Visentini, et al.,2012:100).

A Guiné-Bissau depende fortemente da agricultura e da pesca (cerca de 62% do PIB). O preço das castanhas de caju aumentou e hoje o país encontra-se em sexto lugar na produção mundial do produto. Exporta peixe e mariscos juntamente com amendoim, semente de palma e produtos das actividades extractivas florestais. As licenças para a pesca são uma fonte de receitas do governo. O arroz é o cereal mais produzido e comida típica. O turismo é, também, uma aposta crescente do país.



**Quadro 4 - Guiné-Bissau, evolução do PIB nos últimos quatro anos.**

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	4,4	5,3	-1,5	2,5
Inflação (t.v.a. homologa)	5,6	2,2	2,8	1,7
Massa monetária (t.v.a.)	29,6	39,1	-6,0	9,0
Balança corrente (% PIB)	-8,4	-1,8	-7,4	-4,1
Saldo orçamental (% PIB)	-0,2	-0,6	-2,1	-0,9
Dívida pública (% PIB)	49,08	45,2	48,2	46,4
				-
*da qual: Externa	19,1	17,5	17,8	

Fontes: Banco Central dos Estados da África Ocidental – Delegação Nacional da Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional e Cadernos de Cooperação Abril/2013 - Banco de Portugal.

Citando o Caderno de Cooperação.

*A instabilidade política que se acentuou na Guiné-Bissau em 2012 teve marcadas consequências em termos económicos: o produto regrediu (-1,5 %) e mesmo em 2013, apesar da recuperação esperada (+2,5 %), ficará aquém das taxas de crescimento verificadas nos anos anteriores. (Caderno de Cooperação do B. Portugal de Abril/2013).*

## 2.5 Moçambique<sup>15</sup>

Capital: Maputo

Moeda: Metical (MZM)

A população é de 23.700 milhões de habitantes

No final do séc. XV, os Portugueses iniciaram a mercantilização, estabelecendo-se no litoral onde em 1505 construíram as fortalezas de Sofala e dois anos depois a de Moçambique. Só mais tarde em 1530 através de conquistas militares, apoiadas pelas actividades missionárias e de comerciantes, penetraram para o interior onde estabelecerem algumas feitorias como a de Sena, Quelimane. O propósito, já não era o controlo e escoamento do ouro (designada fase do ouro), mas sim dominar o acesso às zonas produtoras do ouro. Houve mais duas fases, a de marfim e de escravos.

A ocupação colonial não foi pacífica. Os moçambicanos impuseram sempre lutas, com destaque para as resistências chefiadas por Mawewe, Muzila, Ngungunhane, Komala, Kuphula, Marave, Molid-Volay e Mataka. Na prática a chamada pacificação de Moçambique pelos portugueses só se deu no já no séc. XX.

A libertação Nacional foi dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) fundado em 1962, iniciando a luta pela Independência. O que ocorreu em 1975. Moçambique herdou uma estrutura económica colonial caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do País e entre o campo e a cidade. O Sul mais desenvolvido que o Norte e a cidade mais desenvolvida que o campo.

O endividamento externo (cerca de 5,5 biliões em 1995) obrigou o país a uma mudança radical, para uma estratégia de desenvolvimento do mercado, voltando-se para a vertente Norte-americana, e a consequente, adopção do Programa de Ajustamento Estrutural. Desde então, o país tem estado a registar um notável crescimento económico. Apesar disto, muitos moçambicanos continuam vivendo abaixo da linha da pobreza.

O Produto Interno Bruto (PIB) tem estado a crescer numa média acima de 7<sup>a</sup> a 8% ao ano, chegando mesmo a atingir níveis de 2 dígitos. A inflação está abaixo de 10%. A tendência é mantê-la em um dígito. Em termos monetários, Moçambique possui um dos regimes cambiais mais liberalizados de África. Os parceiros comerciais externos têm motivos suficientes para inspirarem uma grande confiança pelo País face à capacidade que as

---

<sup>15</sup>Além das fontes citadas no corpo do texto, as demais estão em: <http://www.cplp.org/id-27.aspx> e <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico> pesquisa feita em 15/07/2013 as 17hs.

autoridades monetárias têm conseguido, manter volumes adequados de meios de pagamento sobre o exterior. As reservas externas do Banco Central têm estado a situar-se acima dos seis meses de importação de bens e serviços.

As reformas jurídicas no âmbito da legislação financeira, fiscal, laboral, comercial e da terra, levadas a cabo pelo Governo, contribuem significativamente para fortalecer esse bom ambiente, com a respectiva atracção do investimento privado nacional e externo.

O potencial económico do país para a atracção de investimentos na agro-indústria, agricultura, turismo, pesca e mineração é enorme. Projectos como o da Mozal, Barragem de Cahora Bassa, Corredores Ferro-Portuários e Complexos Turísticos ao longo de todo o País têm contribuído significativamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos regional e internacional.

Todavia, as exportações,

*tradicionais moçambicanas são principalmente do setor primário, como caju, camarão, peixe, coco, açúcar, algodão, chá, limão e fruta exótica... A agricultura corresponde a 24% do PIB. A indústria contribui com 30,6% do PIB e. Já o setor de serviço compõe 45,3% do PIB. O PIB é de US\$ 39,41 bilhões, com as exportações totalizando US\$ 13,39 bilhões e as importações US\$ 17,37 bilhões. (Visentini, et al., 2012:226 e 227).*

Moçambique possui também reservas de gás natural, mármore e madeiras. A maioria da população vive da agricultura de subsistência. O solo é rico em ouro, carvão, sal, grafite e bauxite, mas é pouco explorado.

Em síntese,

*a evolução da economia moçambicana tem-se apresentado, no decurso dos últimos anos, positiva, verificando-se não, apenas, a obtenção de taxas de crescimento das maiores no Mundo, como também uma transformação estrutural: o sector industrial viu o seu peso relativo aumentar de 16 para 27%, entre 1996 e 2004, o sector de serviços diversificou-se e seu peso relativo no PIB atingir os 50%, ficando o sector primário confinado a um peso relativo no PIB de, apenas, 23%. (Souza, 2008:38).*

**Quadro 5 - Moçambique evolução do PIB nos últimos quatro anos**

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	7,1	7,3	7,5	2,5
Inflação (t.v.a. homóloga)	17,4	6,1	2,0	1,7
Massa monetária (t.v.a.)	24,6	9,4	18,6	9,0
Balança corrente (% PIB)	-17,4	-25,8	-26,1	-4,1
Saldo orçamental (% PIB)	-3,9	-4,6	-3,6	-0,9
Dívida externa (% PIB)	46,2	39,4	38,2	41,0
				-

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e Fundo Monetário Internacional e Cadernos de Cooperação Abril/2013 - Banco de Portugal.

Também no Caderno de Cooperação.

*O arranque da produção da indústria do carvão foi determinante para o crescimento económico em 2012 e deverá manter-se fundamental em 2013, contando ainda com o impacto do desenvolvimento da extração de gás... Os impostos sobre mais-valias arrecadados com as transações associadas à exploração de gás permitiram reduzir o défice público. A inflação registou uma redução bastante significativa, tornando-se uma das mais baixas da SADC, como resultado da evolução dos bens alimentares importados e da contenção dos preços administrados. (Caderno de Cooperação do B. Portugal de Abril/2013).*

## 2.6 São Tomé e Príncipe<sup>16</sup>

Capital: São Tomé

Moeda: Dobra (STD)

A população de 187.356 habitantes, a língua oficial é o Português, mas também se fala Crioulo.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é um pequeno Estado constituído por duas Ilhas Principais (São Tomé e Príncipe) e alguns ilhotes, dos quais apenas o Ilhéu das Rolas é habitado. A Ilha São Tomé é a maior, e aí se encontra a cidade capital do país, com o mesmo nome da Ilha, São Tomé. Príncipe é a segunda Ilha e constitui uma Região Autónoma, com um grande interesse turístico. Este Arquipélago fica situado na linha do Equador, no Golfo da Guiné, com uma posição geopolítica estratégica.

A população tem um nível de vida pobre. Os governos têm vivido com a esperança de que o petróleo possa vir a mudar a situação, mas, até hoje, ainda não há certezas de haver petróleo com condições de exploração rentável.

A população vive fundamentalmente da agricultura, com a produção de cacau, óleo de palma, café, coco, e da pesca. O cacau, embora com uma produção longe dos números de antigamente, ainda hoje continua a ser o produto mais exportado de São Tomé e Príncipe.

A primeira grande exploração comercial destas Ilhas, do seu povoamento (iniciado nos finais do século XV até finais do século XVI foi o açúcar. Com o desenvolvimento da indústria açucareira no Brasil, São Tomé e Príncipe decaiu economicamente, tornando-se apenas num entreposto de escravos a caminho das Américas.

No século XIX introduziram-se na Ilha as culturas do café e do cacau, trazendo um novo esplendor a estas Ilhas, já que estes dois produtos se revelaram de excelente qualidade, chegando São Tomé, no início do século XX a ser o maior produtor de cacau do mundo. Isto foi possível graças ao engenho dos colonos portugueses e ao recrutamento de trabalhadores em situação de quase escravatura. Estes vinham num primeiro momento sobretudo de Angola, mas a partir dos anos trinta do século XX, Cabo Verde passou a ser o país fornecedor de mão-de-obra para as plantações (Roças) de café e cacau de São Tomé

---

<sup>16</sup> Para além das fontes bibliográficas citadas no corpo do texto, as informações encontram-se em: <http://www.cplp.org/id-29.aspx> e [http://www.infopedia.pt/\\$sao-tome-e-principe](http://www.infopedia.pt/$sao-tome-e-principe) pesquisa efectuada em 22/07/2013.

e Príncipe. Daí o grande número de pessoas de origem cabo-verdiana ainda hoje presentes neste país.

Em 1975, São Tomé e Príncipe acede à independência, assumindo o poder o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) de tendência marxista, com o Dr. Manuel Pinto da Costa a ser o seu Primeiro Presidente da República. Em 1990, o país inicia uma transição para a democracia liberal, surgindo outros partidos, tendo havido, a partir de então, eleições livres, com alternância no poder.

*“A sua balança comercial é deficitária. No ano de 2008, o deficit correspondeu a 41% do seu PIB. Aproximadamente 80% do orçamento nacional é composto por assistência externa, e o país tem recorrido a reescalamentos sucessivos da dívida externa”.* (Visentini, et al.,2012:112 e 113).

O autor continua,

*O PIB tem apresentado uma média de crescimento real anual de cerca de 5%, desde 2000. Contudo, a pobreza continua em áreas rurais e na periferia das zonas urbanas. A busca de oportunidades de emprego promove a migração urbana, promovendo o inchaço do setor informal (estimado em 63% da economia). Os serviços públicos ainda terão de crescer significativamente se São Tomé e Príncipe pretender manter a tendência de crescimento dos seus indicadores sociais.* (Visentini, et al.,2012:113)

#### **Quadro 6 - São Tomé e Príncipe, evolução do PIB nos últimos quatro anos**

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	4,5	4,9	4,0	4,5
Inflação (t.v.a. homóloga)	12,9	11,9	10,4	8,0
Massa monetária (t.v.a.)	25,1	10,5	18,4	14,7
Balança corrente (% PIB)	-27,7	-25,3	-22,8	-24,5
Saldo orçamental (% PIB)	-10,4	-12,0	-10,7	-7,2
Saldo primário	-4,1	-3,0	-3,2	-3,1
Dívida externa (% PIB)	78,8	74,9	71,1*	-

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças (STP), Fundo Monetário Internacional e Cadernos de Cooperação Abril/2013 - Banco de Portugal \* Setembro de 2012.

Ainda encontramos no caderno,

*O ritmo de crescimento da economia santomense terá permanecido robusto em 2012, embora com uma desaceleração que parece refletir a relativa escassez de financiamento externo. Em contrapartida, a inflação manteve uma tendência genericamente descendente, ao mesmo tempo que prosseguia a consolidação orçamental e melhoravam os principais indicadores externos. (Caderno de Cooperação do B. Portugal de Abril/2013).*

O País parece estar no bom caminho, o que poder-se-á reflectir ao longo dos próximos anos. Para além de tudo exposto também parece-nos importante sublinhar que São Tomé e Príncipe tem apostado no turismo, privilegiando a qualidade, propondo um quadro único, de descoberta, preservando o melhor possível as suas paisagens luxuriantes, a sua arquitectura singular e, sobretudo, a sua calma.

## 2.7 Timor Leste<sup>17</sup>

Capital Díli

Moeda: Dólar norte-americano (USD). Para facilitar as trocas comerciais, o Estado cunha moedas de denominação “centavo”

A população é 1.066.582 habitantes

A porção oriental, com capital em Díli, pertencia a Portugal desde o século XVI. Quando os primeiros mercadores e missionários portugueses aportaram na ilha de Timor em 1515, encontraram populações organizadas em pequenos estados, reunidos em duas confederações: Servião e Belos

Em 1651, os holandeses conquistaram Kupang, no extremo oeste da ilha de Timor, e começam a penetrar até a metade de seu território. Em 1859, um tratado firmado entre Portugal e Holanda fixa a fronteira entre o Timor Português (actual Timor-Leste) e o Timor Holandês (Timor Ocidental). Em 1945 a Indonésia obteve sua independência, passando o Timor Ocidental a fazer parte de seu território.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Administração Portuguesa foi restaurada em Timor-Leste. Desde 1962 até 1973, a Assembleia Geral da ONU aprovou sucessivas resoluções, afirmando o direito à autodeterminação do Timor-Leste, tal como das restantes colónias portuguesas de então. Em Portugal o regime de Salazar recusou-se a reconhecer esse direito, afirmando que Timor Oriental era uma província tão portuguesa como qualquer outra de Portugal Continental.

A Revolução de 25 de Abril de 1974, que restaurou a democracia em Portugal, consagrou o respeito pelo direito à autodeterminação das colónias portuguesas. Contudo inicia-se um longo período de guerra civil e guerra com a Indonésia. Aproximadamente 1/3 da população do país, mais de 250 mil pessoas, morreram na guerra. O uso do Português foi proibido, e do tétum foi desencorajado pelo Governo pró-indonésio, que realizou violenta censura à imprensa e restringiu o acesso de observadores internacionais ao território até a queda de Suharto em 1998. Após a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) juntamente com Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), que viria a liderar o processo até à independência de Timor-Leste. Aos poucos a situação foi sendo controlada, com o progressivo desarmamento das milícias e o início da reconstrução de moradias,

---

<sup>17</sup> A fonte bibliográfica no conteúdo história de Timor leste, para além da citada no corpo do texto, encontra-se em <http://www.cplp.org/id-30.aspx> e <http://timor-leste.gov.tl/?p=29> pesquisa feita em 22/07/2013 as 15hs.



escolas e do resto da infra-estrutura. Foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte que elaborou a actual Constituição de Timor-Leste, que passou a vigorar no dia 20 de maio de 2002, quando foi devolvida a soberania ao país passando este dia a ser assinalado como Dia da Restauração da Independência.

A economia de Timor-Leste assenta na produção de cacau, café, cravo e coco. Nos últimos anos foram encontrados importantes reservas de petróleo e gás natural.

Como vemos em *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*.

*Timor-Leste vem registando um apreciável crescimento da sua economia interna, a par da entrada de significativas receitas petrolíferas, as quais são canalizadas para o Fundo Petrolífero, que apresenta já um valor considerável. A confortável posição orçamental vem permitindo a implementação de um ambicioso programa de investimento públicos, visando corrigir as grandes carências ainda existentes no domínio das infraestruturas. A inflação mantém-se em níveis relativamente elevados, embora em desaceleração face ao ano precedente. (B. Portugal 2011/2012:118).*

#### **Quadro 7 - Timor do Leste, evolução do PIB nos últimos quatro anos**

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	9,5	10,8	10,6	10,4
Inflação (t.v.a. homóloga)	9,2	17,4	11,7	8,0
Massa monetária (t.v.a.)	9,9	9,3	26,6	-
Balança corrente (% PIB não-petr.)	194,0	226,0	142,0	191,5
Saldo orçamental (% PIB não petr.)	186,0	216,0	44,0	33,5
Dívida externa (% PIB não petr.)	0,0	0,0	3,4	-

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional e Cadernos de Cooperação Abril/2013 - Banco de Portugal.

Ainda segundo o mesmo Caderno.

*Timor-Leste continuou a beneficiar dos elevados fluxos associados à exploração dos recursos energéticos, que permitem o registo de significativos excedentes nas contas externas e nas finanças públicas (neste caso não tão elevados como no passado, devido ao avultado programa de investimentos públicos). O produto não-petrolífero*

*apresentou em 2012 um crescimento real de 10,6 %, não muito diferente do verificado em 2011 e do que se prevê para este ano. Apesar do forte crescimento monetário, a inflação atenuou-se em 2012 face ao elevado valor do ano precedente.*

*(Caderno de Cooperação do B. Portugal de Abril/2013).*

Também encontramos. *“Todavia, em termos de vantagens competitivas dinâmicas, apresenta-se difícil apostar numa evolução do modelo timorense para uma especialização industrial, podendo, quando muito, admitir-se que, a longo prazo, venha a evoluir para um modelo de desenvolvimento equilibrado”* (Souza, 2008:46).

## 2.8 Portugal <sup>18</sup>

Capital Lisboa

População em 2011 era de 10.781.459 habitantes

Moeda: Euro

Portugal é o primeiro “Estado Nação” geopoliticamente descrito, com uma história riquíssima, não sendo objecto deste Estudo, fixar-se-á a partir do séc. XV época dos Descobrimentos, prendendo-se aos factos que referencie os países da Comunidade.

Em 1415 forças de D. João I conquistaram a cidade de Ceuta, no norte de África, movidas pelo espírito de continuação da reconquista e pelo interesse comercial. Foi o início do expansionismo Português.

A chegada de Cristóvão Colombo à América em 1492 precipitou uma negociação entre D. João II e os Reis de Castela. Como resultado foi assinado em 1494 o já citado Tratado de Tordesilhas.

A primeira metade do século XVIII foi marcada pela mineração no Brasil, após serem aí descobertos ouro e pedras preciosas. O rei D. João V tornou-se um dos mais ricos monarcas da Europa.

Já no reinado de D. José I em 1 de Novembro de 1755, ocorreu o grande terramoto de Lisboa que destruiu quase toda a cidade e que foi um golpe no coração do império. O primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, dirigiu uma rápida reconstrução e com isto, conquistou para sempre a confiança ilimitada do rei. A reedificação de Lisboa foi realizada em moldes completamente novos.

O império decaiu e o declínio acentuou-se com as guerras napoleónicas. Em 29 de Novembro de 1807 a corte portuguesa, fugindo, embarcou no porto de Tejo, rumo ao Brasil, num total de cerca de 15 mil pessoas. A partir do Rio de Janeiro a corte prosseguiu a política internacional portuguesa e D. João VI por um decreto assinado em 16 de Dezembro de 1815 elevava o Brasil a categoria de Reino Unido a Portugal e Algarve assim se podia

---

<sup>18</sup> As informações citadas no corpo do texto da história de Portugal encontram-se, na respectiva ordem: <http://www.historiadeportugal.info/artigos/historia-de-portugal/era-dos-descobrimentos/> consulta feita dia 29/07/2013 as 9:40hs. <http://www.hirondino.com/historia-de-portugal/portugal-seculo-xviii/> consulta dia 14/12/2013 as 18:30hs e <http://www.argnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1890.html> pesquisa dia 15/12/2013 as 9hs e <http://www.cplp.org/id-28.aspx>. 29/07/2013 as 16hs.

dizer o Reino do Brasil, com isso Dom João VI tornou-se príncipe regente de dois reinos. Após o retorno do rei, em 26 de Abril de 1821, Lisboa volta a ser capital.

Com a morte do rei D. João VI de Portugal em 1826, D. Pedro foi por três meses rei de Portugal, como Pedro IV. Mas, abdicou e assegurou o trono Português para a filha Maria da Glória.

Em 1890 houve uma crise colonial na África, seguida por uma série de campanhas militares para a ocupação efectiva do território que Portugal reclamava como colónias, inclusivamente Ultimato a Portugal, feito pela Inglaterra, para a retirada das forças militares existentes no território compreendido entre as colónias de Moçambique e Angola. Enquanto isso, os movimentos republicanos iam ganhando adeptos. Acentuando-se de tal forma que em 1908 o rei D. Carlos I e o seu filho foram mortos a tiro na Praça do Comércio em Lisboa.

A República foi proclamada no dia 5 de Outubro de 1910. Um governo provisório chefiado por Teófilo Braga dirigiu os destinos do país até à aprovação da Constituição de 1911 que deu início à Primeira República. A I Republica Foi um período de grande instabilidade política, nos dezasseis anos de duração teve nove presidentes e 45 governos. O parlamento era o centro do sistema político e elegia o Presidente da República.

O golpe desencadeado pelas forças armadas, em 1926, instaurou em Portugal, uma ditadura militar. Ao entrar na presidência, Carmona convidou António Oliveira Salazar, professor na Universidade de Coimbra, para ministro das finanças. Salazar foi ganhando peso no governo e em 1932 tornou-se presidente do Conselho de Ministros com poderes ditatoriais. Período conhecido Estado Novo.

O contexto internacional era cada vez mais desfavorável ao regime e o país era pressionado para acabar com a guerra colonial em Africa e permitir a independência das colónias. Mais o descontentamento dos militares, levou ao bem-sucedido golpe de Estado que, por não ser violento, se designou historicamente como Revolução dos Cravos, ocorrido no dia 25 de Abril de 1974 em Lisboa pelo Movimento das Forças Armadas (MFA).

Em 1986, Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia (CEE). Nos anos seguintes, houve crescimento económico, com a aplicação dos fundos estruturais e de coesão da CEE/UE, para as obras públicas juntamente com o aumento do consumo interno e melhoria do padrão de vida. Porém desde então o país acumulou crédito de risco, criação de dívida pública, má gestão dos Fundos Estruturais e Fundos de Coesão Europeus.

A partir de 2008 é qualificado, como uma das cinco economias vulneráveis devido ao crescente endividamento e alto deficit público em relação ao PIB. Em 2010 após as eleições

o novo governo liderado por Pedro Passos Coelho inicia uma política de austeridade tutelado por uma "troika" constituída por responsáveis da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Com um passado predominantemente agrícola, actualmente e devido a todo o desenvolvimento que o país registou, a estrutura da economia baseia-se nos serviços e na indústria, que representam 67,8% do PIB. Tendo na produção agrícola apenas 4% do PIB e é a uva sua principal cultura, colocando o país entre os maiores produtores mundiais de vinhos de qualidade. Batata, beterraba açucareira, arroz, legumes, hortaliças e frutas também são produtos importantes. A abundância de sobreiros, especialmente a Sul do rio Tejo, eleva-o a condição de maior produtor mundial de cortiça (cerca de metade da produção da cortiça mundial).

Na pecuária, destaca-se a produção de ovinos e, na pesca, a da sardinha. Embora o solo seja rico em muitos minerais, como pirite, tungsténio, estanho, ferro, carvão, urânio, volfrâmio, manganésio, sal, ouro, prata e cobre, mármore, a sua exploração comercial ainda é reduzida, por se encontrarem dispersos geograficamente.

O sector industrial responde por 28% do PIB. As principais actividades concentram-se nos sectores têxtil, siderúrgico, metalúrgico, automobilístico e químico. Também têm importância as indústrias alimentares (conservas de peixe, vinho, cerveja e azeite), de calçados e de cerâmica.

O sector de serviços (destaque para o turismo) responde por 68% do PIB e por 60% dos empregos.

O comércio exterior é deficitário, pois as importações – petróleo, gás natural e alimentos, entre outros – são maiores do que as exportações.

Com vista a tornar-se auto-suficiente em produção energética, Portugal aposta em energias renováveis.

**Quadro 8 - Portugal, evolução do PIB nos últimos quatro anos**

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 31/03/13
PIB real (t.v. anual)	1,3	-2,1	-3,2	-4,0
Inflação (t.v.a. homóloga)	1,4	3,7	2,8	0,4
Massa monetária (t.v.a.)	-3,8	-3,7	-3,2	-
Balança corrente (% PIB.)	-10,6	-7,2	-3,9	-
Saldo orçamental (% PIB.)	-9,8	-4,4	-6,4	-8,8
Dívida externa (% PIB)	94,0	108,3	123,6	131

Fontes: INE e Relatório do Conselho de Administração - A Economia Portuguesa. Banco de Portugal - em 2012. Cadernos de Cooperação Abril/2013 - Banco de Portugal.

As projecções para a economia portuguesa,

*O enquadramento externo da economia portuguesa será marcado pela continuação de uma recessão moderada na área do euro em 2013, esperando-se uma recuperação gradual a partir da segunda metade do ano. Para 2014 antecipa-se um aumento do PIB de 0.3%, num contexto de forte redução da despesa pública, abrandamento do ritmo de queda da procura interna privada e manutenção de um crescimento robusto das exportações...A projecção para a economia portuguesa continua a ser marcada pela continuação do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos. (Boletim Económico. Verão 2013. Volume 19, número 2. B. Portugal, 2013 – 2014:9).*

## 2.9 Breve síntese da contextualização histórica e apresentação de dados actuais

O objectivo deste tópico da pesquisa é avivar a riqueza histórica e procurar trazer à discussão o facto dos oito países da CPLP estarem intrinsecamente ligados a influência genética. A miscigenação de nossos povos e a influência cultural, deixa consequências ou seja um legado que nenhuma “revolução” apaga, como a ciência já provou o genoma<sup>19</sup> carrega estes traços. Somos resultado desses laços históricos e como a história não deixa margem para dúvida, a influência portuguesa sobre os nativos, não apenas no idioma, mas sobretudo na cultura e nos costumes, isto remete-nos a sugestão do Doutor Fernando Henrique Cardoso no encerramento do Seminário "Presente no Futuro" - Os Portugueses em 2030, organizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos em 14 e 15 de Setembro de 2012.

*Criar uma cultura de aceitação do outro...neste aspecto Portugal tem uma grande experiencia na formação de cultura que aceita mais o outro. E qualquer caminho, dos quais se vislumbra, que a Comunidade CPLP decida percorrer, estará de certeza enraizado nestas bases.*

Passamos agora a descrever o relatório do INE (concluído em 12 de Julho de 2013) Comunidade de Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico.

A superfície territorial da CPLP é, aproximadamente, de 10,7 milhões de quilómetros-quadrados (km<sup>2</sup>). O desequilíbrio, quanto à extensão dos países membros, é notório. O Brasil apresenta a maior superfície territorial, cerca de 79,51%, enquanto São Tomé e Príncipe representa apenas com 0,01%, o país membro com menor superfície da CPLP. No seu conjunto a população residente nos oito países da Comunidade, a população residente 2010 era de 244 milhões de habitantes, tendo registado uma taxa de crescimento média anual de 1,1%. A percentagem de população jovem ronda nos 40%.

O Produto Interno Bruto a preços correntes (nominal) do conjunto dos países da CPLP estimou-se em 2 470 625 milhões de dólares americanos, dos quais 86,72% diziam respeito ao Brasil. Em segundo lugar, mas bastante distanciado, situava-se Portugal com 9,28% e, em terceiro, Angola com 3,34%.

---

<sup>19</sup> O genoma é transmitido de geração em geração e determina a espécie do ser vivo, no genoma encontram-se gravadas características hereditárias encarregadas de dirigir o desenvolvimento biológico de cada indivíduo.

Em termos reais, as taxas mais elevadas de crescimento médio anual da actividade económica observaram-se em Timor-Leste (17,2%), Angola (13,3%) e Moçambique (7,4%).

O ramo da Indústria, Energia e Construção, em grande parte devido à produção de petróleo e gás, encontra maior expressão em Timor-Leste (cerca de 81% do Valor Acrescentado Bruto) e em Angola (60%), seguindo-se o Brasil (cerca de 28%).

Nos serviços, destacam-se Cabo Verde e Portugal, com um peso relativo deste ramo em torno de três quartos do VAB (valor acrescentado bruto) total de cada um dos países. As exportações de bens e serviços, a preços correntes, apresentam uma taxa de variação média anual positiva em todos os países da CPLP, no período de 2003 a 2010.

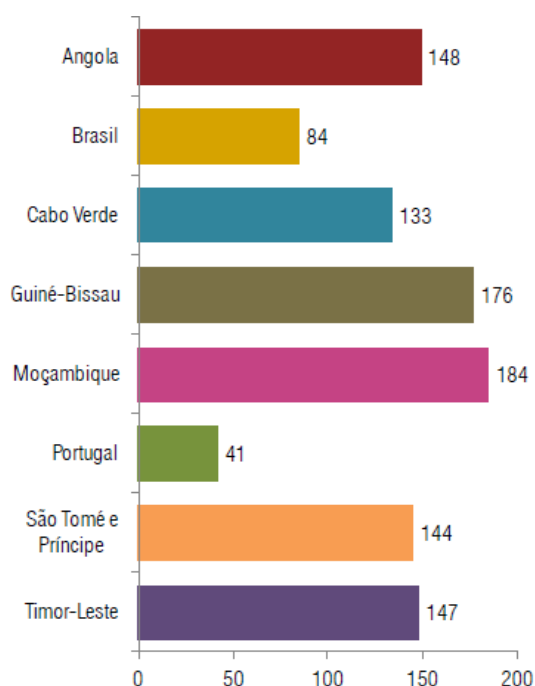
A esperança de vida à nascença aumentou em todos países da CPLP, durante o período 2003-2010: Angola (48,4 anos) e Guiné-Bissau (46,8 anos); Moçambique (52,1 anos), Timor-Leste (64,2 anos); São Tomé e Príncipe (67,6 anos), Brasil (73,4anos), Cabo Verde (74,5 anos) e Portugal, que se encontrava no topo, com 79,2 anos.

De 2003 a 2010, a tendência para a baixa do índice sintético de fecundidade tornou-se geral nos oito países da CPLP.

A taxa de mortalidade infantil (n.º de óbitos de crianças com menos de um ano, por mil nados-vivos) apresenta grandes disparidades nos países da CPLP. Os últimos dados disponíveis, sobre este indicador do desenvolvimento social, mostram existir uma taxa altamente elevada na Guiné-Bissau (118,7‰), em 2009 e Angola (114,9‰), em 2010, segue-se Moçambique (88,0‰), Timor-Leste (63,7‰), São Tomé e Príncipe (37,4‰), Brasil (15,6‰), Cabo Verde (14,8‰). Por último, com valores mínimos, encontra-se Portugal (2,5‰), uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil ao nível mundial.



**Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano<sup>20</sup> - Posição dos Estados membros no ranking em 2011**

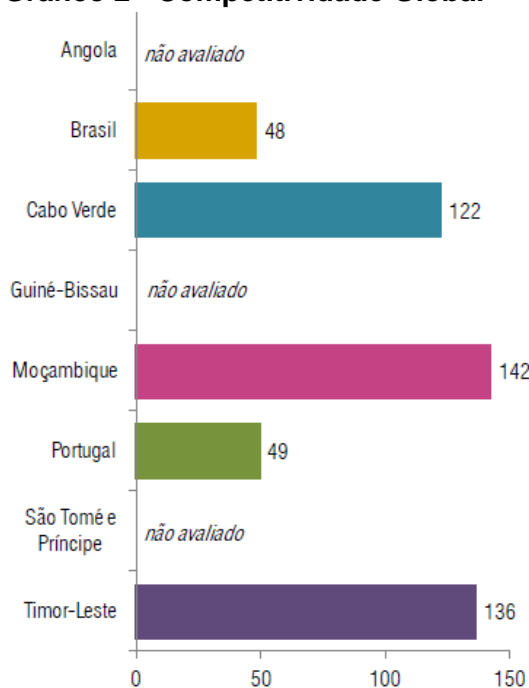


Fonte: Cardinal Lusofonia – Banco de Portugal/2012.

Confirmando que há muito a ser feito em termos de desenvolvimento social em praticamente toda a Comunidade.

<sup>20</sup> Índice de Desenvolvimento Humano (Human Development Index). Indicador composto calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que leva em conta a esperança de vida, os níveis de educação e os de rendimento (1: máximo – 187:mínimo).

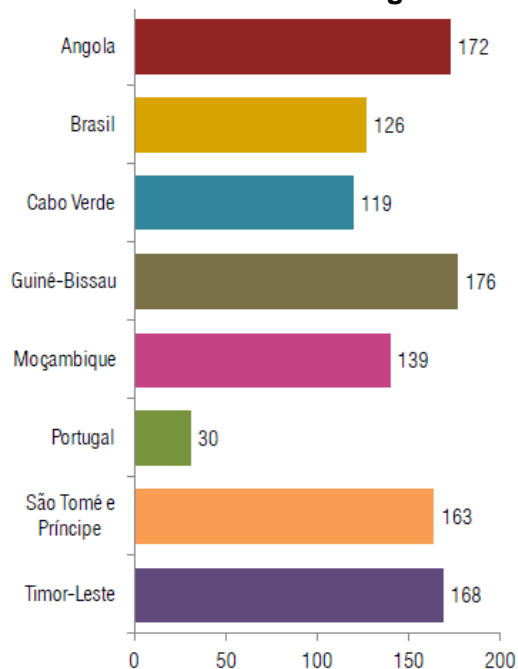
**Gráfico 2 - Competitividade Global<sup>21</sup> – posição ranking em 2012**



Fonte: Cardinal Lusofonia – Banco de Portugal/2012.

Dentre os países avaliados, observa-se grande disparidade.

**Gráfico 3 - Ambiente de Negócios<sup>22</sup> – posição no ranking em 2011**



Fonte: Cardinal Lusofonia – Banco de Portugal/2012.

<sup>21</sup> 1:máximo – 148:mínimo.

<sup>22</sup> Indicadores de ambiente de negócios (Doing Business Indicators), conjunto de indicadores relevantes para o enquadramento regulamentar para o ambiente de negócios, compilados pelo Banco Mundial. Permitem o apuramento de um indicador compósito que procura sintetizar a qualidade global do ambiente de negócio para cada país (1:máximo – 183:mínimo).

No âmbito do ambiente de negócios, também confirma-se as discrepâncias, com excepção de Portugal e não poderia ser diferente, pois é o país mais desenvolvido dentro da Comunidade.

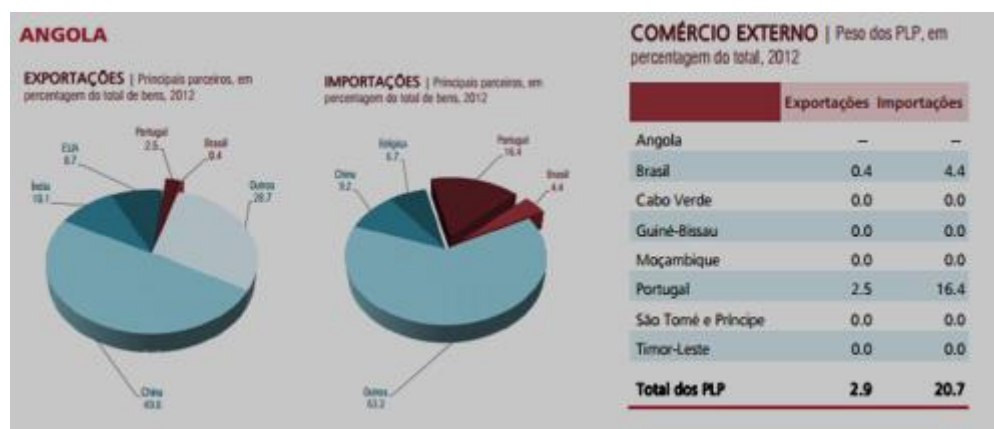
O saldo da balança comercial, resultante da diferença entre o valor das exportações e o das importações, em preços correntes, constituiu um contributo direto (aumento ou diminuição) para a evolução do PIB nominal. O saldo externo de bens e serviços em percentagem do PIB, entre 2003 e 2010, foi positivo e teve grande intensidade em Timor-Leste (72,9%), intensidade média em Angola (46,6%) e foi menor no Brasil (2,6%). Nos restantes países da CPLP, este saldo foi negativo, tendo sido mais acentuado em Cabo Verde (-45,9%) e São Tomé e Príncipe (-38,6%) e menos acentuado na Guiné-Bissau (-12,7%), Moçambique (-12,2%) e Portugal (-8,3%). Estatísticas da CPLP 2003-2010 (INE/Julho2013).

## 2.9.1 Comércio e tendência entre os países da CPLP.

Angola:

Segundo o relatório Estatísticas da CPLP 2012, produzido pelo INE de Portugal. Angola mantém tradicionalmente trocas comerciais com Portugal, sendo o representante comercial, mais expressivo do grupo CPLP em termos percentuais, figurando no 12º lugar do ranking com 0,7% nas exportações angolanas e com um peso médio de 16,9% nas importações, durante o período de 2004 a 2010.

### Quadro 9 – Comércio da Angola com os Estados-membros CPLP, 2012



Fonte: Banco Portugal. #Lusofonia 10/2013 – Indicadores dos Países de Língua Portuguesa.

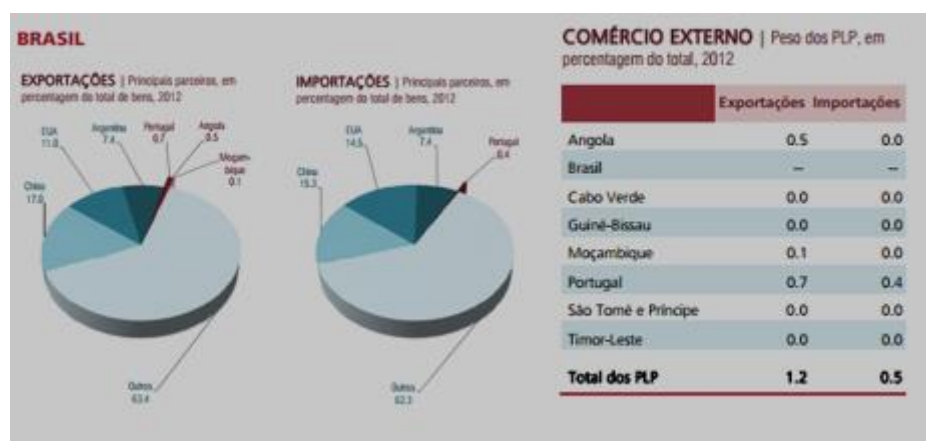
Angola exporta no seu montante apenas 2,9% para seus parceiros da Comunidade e como vemos no quadro acima, apenas para o Brasil e Portugal. Importando igualmente dos

mesmos Membros, porém com valores mais relevantes. Na base desta discrepância, encontramos o grau de desenvolvimento tecnologico e industrial de cada país e no caso da CPLP, temos Portugal com “tecnologia de ponta”, seguido do Brasil; Angola e Moçambique, com os demais ainda muito dependentes apenas da extração de materia-prima e produtos manufaturados. Por isso a necessidade de investir em crescimento economico e estimular as trocas comerciais entre os parceiros. Primar pelo que nos uni a língua portuguesa e os laços históricos, também significa aproveitar estas “mais valias” fundamentais para o reforço comercial entre os Estados-membros. Muitas vezes fazemos trocas comerciais com países igualmente distantes, donde, nada percebemos, historicamente não nos diz respeito, todavia é do conhecimento geral que a falta de compreensão linguistica encarece o produto, então por que não privilegiar as trocas comerciais entre os estimados como “um irmão”.

Brasil:

Entre 2003 e 2010, Portugal, como país destinatário das exportações brasileiras aparece apenas no 25º lugar com 0,3%. Nas importações brasileiras, dos países lusófonos, Angola foi o principal país de origem (0,4%), seguido por Portugal com 0,3 %. (Estatísticas da CPLP 2012:227). E em 2012 as trocas comerciais do Brasil com os parceiros CPLP continuam ínfimas, como observamos no quadro abaixo.

#### Quadro 10 – Comércio do Brasil com os Estados-membros CPLP, 2012



Fonte: Banco Portugal. #Lusofonia 10/2013 – Indicadores dos Países de Língua Portuguesa.

O Brasil sendo o representante com maior número de consumidores da Comunidade poderia alavancar esta missão e na IV CCEG em 2002<sup>23</sup> reforçaram-se algumas medidas em vias de solidificar a CPLP, das quais:

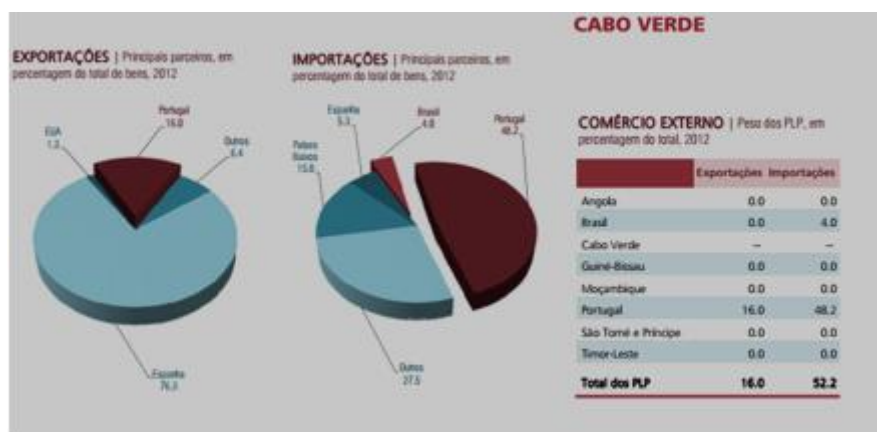
<sup>23</sup> Citada página 10, Declaração de Brasília.

- A consolidação dos processos e das instituições democráticos nos Estados membros e a reiterada vontade de cooperarem entre si no aperfeiçoamento dessas instituições, em consonância com as legítimas aspirações dos seus Povos;
- A conclusão dos Acordos sobre Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP, com o objetivo de facilitar a circulação dos cidadãos no espaço da Comunidade;
- A expansão da cooperação intra-comunitária no âmbito das Reuniões Ministeriais e a sua consagração como órgão da CPLP.

Cabo Verde:

O mesmo relatório continua. Cabo Verde notabilizou Portugal, como principal país comprador das suas mercadorias, com uma média de 52,2%. Portugal também foi o principal país de origem com 42,3%, estando as importações do Brasil com 10,9%. (Estatísticas da CPLP 2012:227).

#### Quadro 11 – Comércio de Cabo Verde com os Estados-membros CPLP, 2012



Fonte: Banco Portugal. #Lusofonia 10/2013 – Indicadores dos Países de Língua Portuguesa.

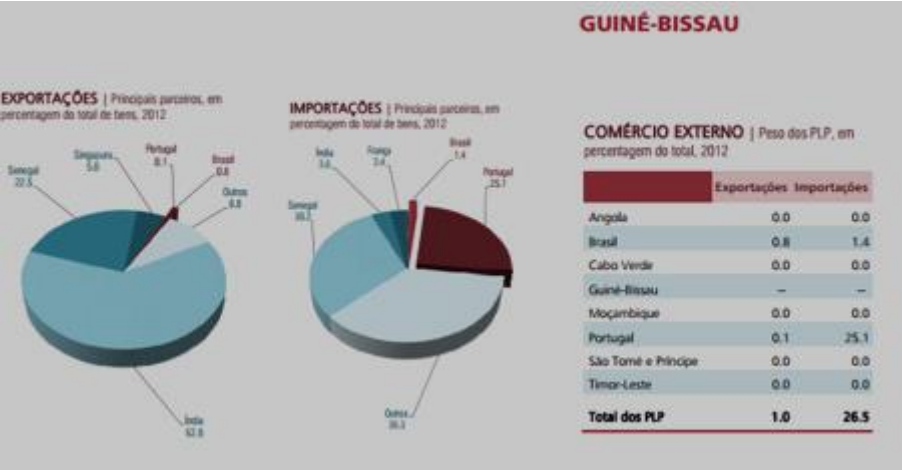
Mantendo-se em 2012 inalterado como vemos acima.

Guiné-Bissau:

A Guiné-Bissau, de 2003 a 2009 exportou de forma significativa para a Índia, Senegal e Singapura. Com uma pequena fatia para Portugal ou seja, apenas 1,4%, e no mesmo

período importou principalmente do Senegal, seguido de Portugal com 20,3%. (Estatísticas da CPLP 2012:227)

**Quadro 12 – Comércio da Guiné-Bissau com os Estados-membros CPLP, 2012**



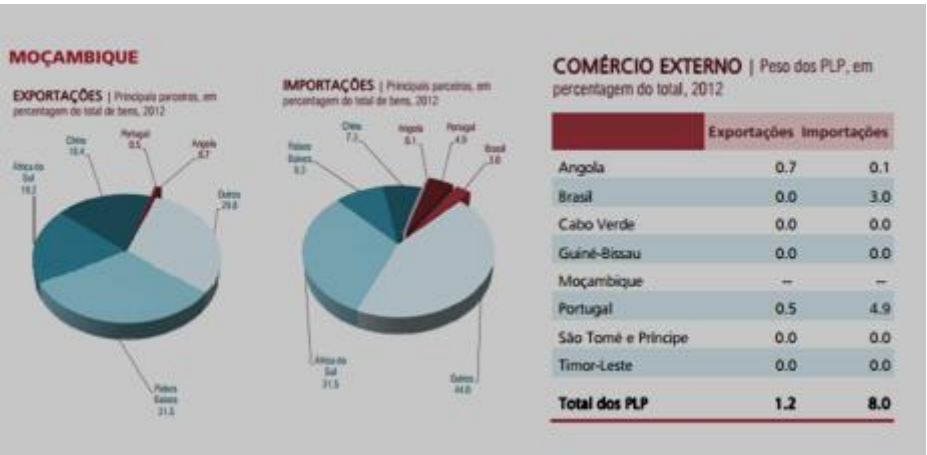
Fonte: Banco Portugal. #Lusofonia 10/2013 – Indicadores dos Países de Língua Portuguesa.

Agora em 2012 já aparece o Brasil de forma minúcia no seu quadro comercial.

Moçambique:

No caso de Moçambique, entre 2003 e 2010, as transações comerciais ainda foram mais irrelevantes, estando apenas Portugal dentre os parceiros lusófonos e este ocupando um peso percentual médio de 3,1% nas exportações moçambicanas, com aquisições de 3,5% em importações portuguesas, sendo assim o 4º parceiro económico de Moçambique em ordem decrescente. (Estatísticas da CPLP 2012:228).

**Quadro 13 – Comércio de Moçambique com os Estados-membros CPLP, 2012**



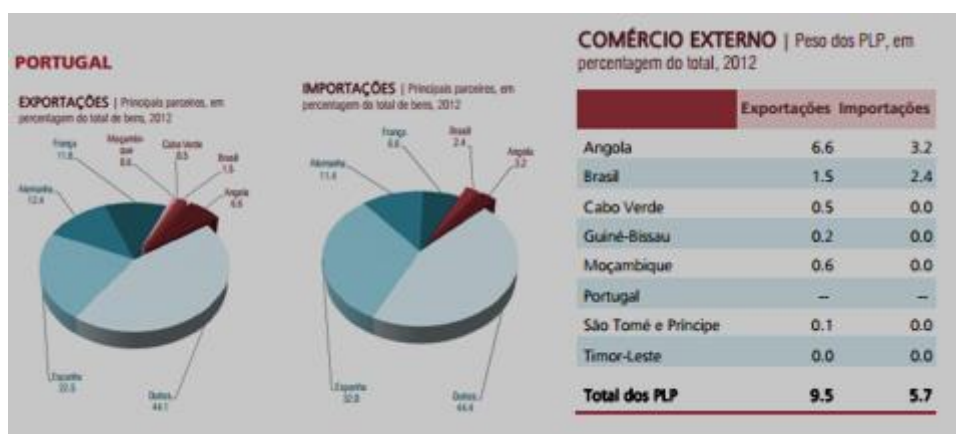
Fonte: Banco Portugal. #Lusofonia 10/2013 – Indicadores dos Países de Língua Portuguesa.

Em comparação com 2012, no gráfico acima, houve pequenas alterações percentuais, porém já começa a aparecer outros representantes da Comunidade lusófona.

Portugal:

Portugal em suas exportações de 2003 e 2010, no contexto da CPLP, distinguiram-se Angola com 4,1% e Brasil com 0,7% que ocuparam, respetivamente, o sexto e o decimo-primeiro lugar. Quanto às importações, o conjunto dos países da CPLP, o Brasil com 1,9% ocupou nesse período a posição mais expressiva, nono lugar. (Estatísticas da CPLP 2012:228).

#### Quadro 14 – Comércio de Portugal com os Estados-membros CPLP, 2012



Fonte: Banco Portugal. #Lusofonia 10/2013 – Indicadores dos Países de Língua Portuguesa.

Em consequência da superação da crise financeira, Portugal tem investido fortemente nas exportações, bem como na abertura para novos mercados e isto já se reflete no quadro acima, donde vemos outros parceiros lusófonos.

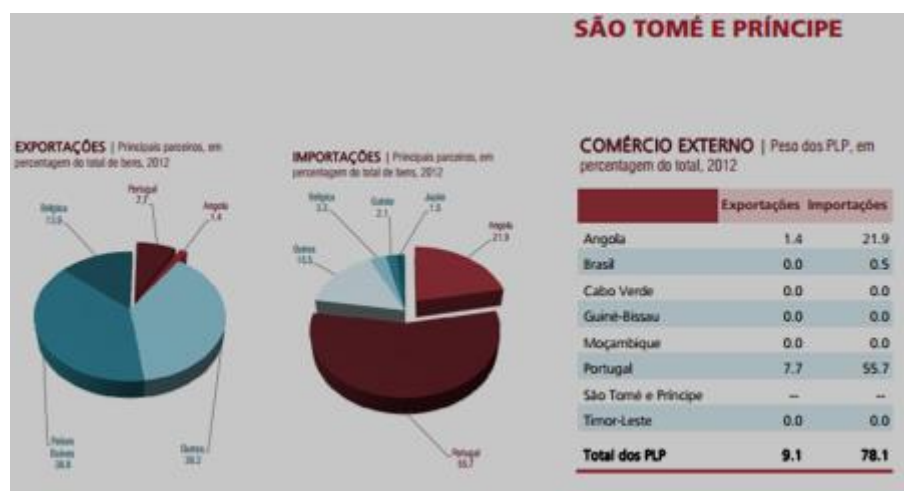
*“Ao nível dos países membros da CPLP, o intercâmbio comercial apresenta-se muito fraco, excetuando Portugal que, por razões históricas e culturais, mantém relações económicas expressivas com todos os países da Comunidade”.* (Estatísticas da CPLP 2012:227).

São Tomé e Príncipe:

Para São Tomé e Príncipe, de 2003 a 2010, as exportações de mercadorias tiveram relevância em relação a Portugal, como principal país de destino com 37,6%. Angola aparece em 4º lugar com apenas 1,8%. Nas importações, distinguir-se Portugal (61,0%), Angola (16,9%), como países de origem. Os demais Estados-membros não aparecem. (Estatísticas da CPLP 2012:228).



## Quadro 15 – Comércio de São Tomé e Príncipe com os Estados-membros CPLP, 2012



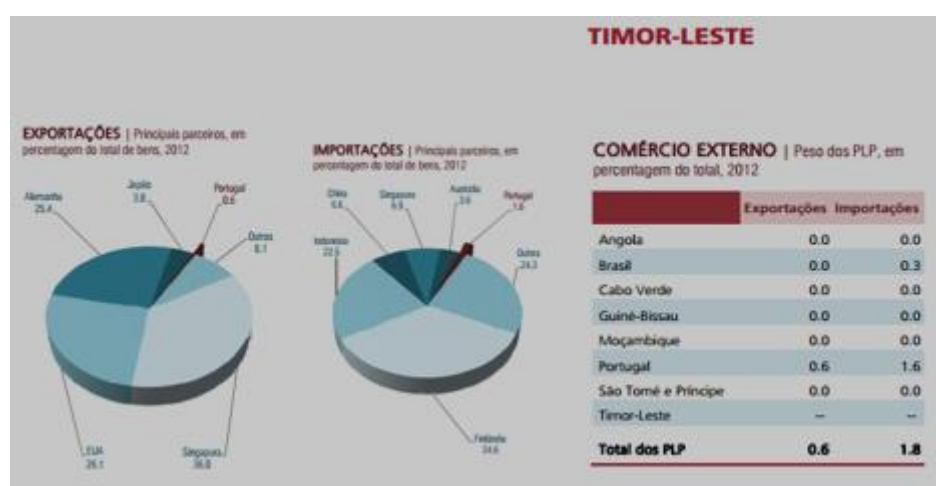
Fonte: Banco Portugal. #Lusofonia 10/2013 – Indicadores dos Países de Língua Portuguesa.

Em 2012, no gráfico acima surgiu discretamente o Brasil.

Timor Leste:

Relativamente ao comércio externo de Timor-Leste, a disponibilidade de dados, refere-se exclusivamente ao ano de 2010. Revelando como único parceiro entre os Estados da Comunidade, Portugal com 4,3% nas exportações timorenses, não importando do espaço CPLP. (Estatísticas da CPLP 2012:229).

## Quadro 16 – Comércio de Timor-Leste com os Estados-membros CPLP, 2012



Fonte: Banco Portugal. #Lusofonia 10/2013 – Indicadores dos Países de Língua Portuguesa.

Já no quadro acima em 2012 aparecem Brasil e Portugal.



Observamos que no geral o panorama das exportações e das importações no espaço CPLP em termos percentuais ficam aquém do que poderíamos esperar, evidenciando, como já é tradicional, que apenas Portugal mantém relações comerciais com todos os Estados-membros. Confirmando a existência de um grande mercado, que devidamente estruturado com a promoção dos mecanismos de mercado, através de políticas económicas que aspire um espaço integrado, deverá propiciar uma alavancagem em termos de crescimento económico para os países Membros. Remetendo-nos ao discurso de abertura da 1ª Reunião dos Ministros do Comércio da CPLP em 14 de Maio de 2012 – sob o tema “Por uma Cooperação Económica e Comercial mais Sustentável e Inclusiva” proferido pela Doutora. Maria Idalina de Oliveira Valente - Ministra do Comércio da CPLP.

*As trocas comerciais entre os países da CPLP ainda sejam pouco expressivas, se comparadas ao comércio que esses países fazem com o resto do mundo, para se ter uma ideia, o comércio anual intra CPLP é de aproximadamente (13) mil milhões de dólares, enquanto total das trocas comerciais destes mesmo países com o mundo é superior a 590 mil milhões de Dólares, constitui de per si uma oportunidade impar... Não parece razoável que países que falam a mesma língua e que estão relativamente próximos, principalmente os ligados pelo Oceano Atlântico ainda registem trocas comerciais incipientes.*

## 2.10 Outros aspectos relevantes

A cooperação económica a nível dos países da CPLP, tem vindo a ocorrer através de acordos bilaterais, de que é exemplo os recentes acordos entre Portugal e Angola, como vimos na visita oficial do ministro da Economia Portuguesa, Doutor António Pires de Lima, em que foi proposto simplificar as trocas comerciais e aumentar o investimento mútuo entre os dois países. Defendendo que a língua portuguesa deve ser mais utilizada como factor de competitividade económico e comercial *“minha visita tem esse sinal de pretender simbolizar a importação para Portugal da intensificação do aprofundamento dessas relações comerciais e relações de mútuo investimento”* entrevista RTP dia 29/08/2013. Salientando que as trocas comerciais são cada vez mais fundamentais para as economias dos dois países, equiponderando assim o que estamos defendendo de forma mais ambiciosa, ou seja com acordos integradores multilaterais, abrangente a todos os países da Comunidade.

A questão que se coloca, é se há interesse numa integração a este nível. O que parece-nos principiar um longo caminho à ser percorrido, com seu marco inicial na concretização em 2012, da Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento (AEPCI).

O estudo até o momento evidencia-nos o prisma de maior integração económica, pois temos as mais-valias fundamentais, já citadas, como os laços históricos, linguísticos e culturais. O dito popular “o que nos une é o que nos separa”, ou seja, a distancia, o Oceano Atlântico e Mar Mediterrânico, também poderão serem convergidos, em grande potencial de riqueza a ser explorado de forma sustentável; as grandes diferenças entre os países membros, a nível de desenvolvimento, pois temos nações ainda em processo de formação e desenvolvimento, outras já estruturadas e desenvolvidas, infelizmente ainda há o terror da guerra civil pela disputa do poder local. É neste “turbilhão díspar” que o papel da CPLP será fundamental. O convergir todos estes interesses de grau, intensidade e necessidades diferentes, em políticas integradoras, o encaminhar, o conduzir todo este potencial para o crescimento económico sustentado. Será poético e utópico pensar assim, é, mas como disse o Doutor Fernando Henrique Cardoso no já citado discurso<sup>24</sup>

*O ideal é utópico, sem utopia não funciona o mundo, mas a utopia por definição não é alcançada. E a responsabilidade, não só dos políticos, mas dos homens que tem*

---

<sup>24</sup>2.9 - Breve síntese da contextualização histórica e apresentação de dados actuais. Página 45.

*responsabilidade social é criar os caminhos para que nós nos aproximemos do que é, para nós, o nosso ideal.*

A imaginação é accionadora do processo de mudança, que já esta em curso é preciso apenas direccionar as decisões e intensifica-las.

Caberá a CPLP centralizar as acções e gerenciar os procedimentos de coordenação, canalizando os esforços para a prossecução dos objectivos acordados. A continuar descentralizado como está, cada país defendendo seu interesse em particular, sem a defesa de uma estratégia integradora para todos, nunca se chegará ao “bom porto” como Comunidade.

Encontramos no 1º Encontro Económico e Empresarial Público-Privado da CPLP, sob o lema “Inovar e expandir para novos mercados, imprimir maior dinamismo no negócio nas rotas comerciais da CPLP” ocorrido em 17 de Julho de 2013, em Maputo. O congregar de proposta na área da cooperação económica, expressado pelo presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Doutor Rogério Manuel.

*Catapultar as nossas economias, para níveis cimeiros, contribuindo assim para um sector económico empresarial da CPLP que seja robusto, inclusivo e dinâmico, capaz de criar condições que permitirão aos Estados membros produzir riqueza, gerar postos de trabalho e reduzir a pobreza.*

A crise financeira abre oportunidade é preciso encontrar mecanismo mais objectivos do ponto de vista do interesse económico comum a todos os Estados-Membros. Foi na crise pós segunda Guerra que surgiu a União Europeia, foi igualmente na turbulência financeira vivida nos anos 80 que surgiu o Mercosul, inclusivamente a própria CPLP nasce pela necessidade de se fortalecer diplomaticamente os Estados fragilizados em consequência de crises internamente e mundiais.

### 3. Trabalhos Desenvolvidos rumo a Integração Económica

A CPLP sendo relativamente jovem, já foram dados, alguns passos, rumo há uma maior integração económica. Como já citado em 1998 na II CCEG realizada na cidade de Praia (Cabo Verde), houve o Acordo com o Fórum Empresarial da Língua Portuguesa (FELP), tendo como objectivo a realização de programas de reforço da cooperação empresarial no espaço da CPLP, que conforme seus artigos 1º ao 4º definem-se os pontos de apoio, nomeadamente:

- As partes acordam trocar entre si as informações de natureza cultural, social, económica e comercial de que disponham e, especialmente as relativas a oportunidades de investimento por si identificadas;
- O Secretariado Executivo compromete-se a apoiar institucionalmente o FELP na realização dos seus programas, no que se refere às Convenções Internacionais Negócios da Lusofonia e ao Programa África Negócios-PAN, assim como na implementação de acções dirigidas à formação profissional nos países da CPLP;
- O FELP informará o Secretariado Executivo das missões comerciais, feiras, exposições, seminários, estudos ou outras actividades que levar a cabo e em que a CPLP participará directa ou indirectamente, podendo tal participação concretizar-se através de apoio institucional, financeiro ou material.

Em Julho de 2008 na VII CCEG em Lisboa, ocorreram as primeiras iniciativas em via das parcerias, que se pretende actualmente, serem intensificadas, muito na verdade pela contextualização conjuntural das tendências de formação de Blocos Económicos e proliferação de acordos comerciais por todo mundo, como uma das facetas da globalização, processo,

*que indicia, no caso dos serviços financeiros, a progressão do processo de globalização, apoiada na inovação, no desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicações ou na redução dos controlos cambiais ou de circulação de capitais...a conclusão da Ronda do Uruguai trouxe um conjunto de inovações muito significativas no sentido de promover a abertura dos mercados mundiais e a introdução de novos sectores de actividade à disciplina multilateral. (Costa 2010:156 e 159).*

Impulsionados assim por este movimento a VII Conferencia assume a fase de conclusão dos memorandos de entendimento com Organizações Regionais e Sub-regionais.

O fortalecimento das economias regionais e a possibilidade de novos parceiros económicos, bem como a estagnação das maiores economias mundiais levam ao reforço de novas parcerias, como vemos no discurso Doutor Francisco Murteira Nabo, Vice-presidente da Direção e Representante de Portugal na Confederação Empresarial da CPLP.

*Estamos a assistir ao aparecimento de novas centralidades económicas, forma encontrada por alguns países para aumentarem a sua competitividade no exigente mundo global... Entre estas, as economias dos oito países da CPLP assumem um papel muito relevante, uma vez que todas se encontram inseridas em zonas regionais com elevado potencial económico. Estas regiões apresentam-se assim como um desafio importante e uma enorme oportunidade para os empresários lusófonos, podendo vir a contribuir para o lançamento de um projeto estruturante que possa conduzir a uma maior internacionalização das suas empresas e para uma ainda maior dinamização das suas economias” (Revista AICEP 2011:56).*

Estando os oito países da CPLP inseridos em seus respectivos mercados regionais: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) Angola e Moçambique; Mercado comum do Sul (Mercosul) Brasil; Comunidade Económica do Estados da África Ocidental (CEDEAO) com Cabo Verde e Guiné Bissau; União Europeia (UE) Portugal; Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) São Tomé e Príncipe; a Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN) Timor Leste; e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC).

**Figura 1 - Organizações com envolvimento em termos de CPLP**

AICEP 2011 59



(Revista AICEP 2011:59)

- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) tem como membros: África do Sul; Angola; Botswana; República Democrática do Congo; Lesoto; Madagáscar; Malawi; Maurícia; Moçambique; Namíbia; Suazilândia; Tanzânia; Zâmbia e Zimbábwe. O principal parceiro económico externo à SADC é a UE, com quem realiza importantes trocas há alguns anos.
- O Mercosul tem como países membros: Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela; o Paraguai está com sua adesão suspensa temporariamente, cinco países associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) - Países membros: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.
- Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN) - países membros: Tailândia; Filipinas, Malásia; Cingapura; Indonésia; Brunei; Vietnã; Mianmar; Laos; Camboja e Timor Leste
- União Europeia (UE), Estados membros: Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letónia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polónia; Portugal; Reino Unido; República Checa; Roménia; Suécia.
- Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) – países membros: Camarões, Congo, o Chade; Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana e São Tomé e Príncipe.

Foi neste sentido que decorreu a 1ª Reunião dos Ministros do Comércio da CPLP. Em 14 de Maio de 2012 – sob o tema “Por uma Cooperação Económica e Comercial mais Sustentável e Inclusiva” como vemos parte do colóquio de abertura<sup>25</sup>.

*Apesar de termos uma língua e história comuns, os Estados Membros da nossa comunidade pertencem a diferentes comunidades económicas regionais... o que nos obriga a estudar vias para ultrapassar os constrangimentos que daí possam advir e aproveitar estes fóruns para fomentar a penetração de bens e produtos lusófonos... Deste modo, o atual ambiente de cooperação internacional deve ser aproveitado não apenas para impulsionar as trocas comerciais mas, acima de tudo melhorar a circulação de capitais e de pessoas, a intensidade e frequência da troca de informações e o conhecimento.* (Doutora. Maria Idalina de Oliveira Valente - Ministra do Comércio da CPLP).

Após ser nomeado o Grupo de Técnicos Peritos, reuniu-se nos dias 2 a 4 de Fevereiro de 2012, analisaram o relatório intitulado “Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento” (AEPCI) acrescentando ao mesmo suas contribuições. Relativamente sobre a focalização da cooperação económica e empresarial em clusters de desenvolvimento, o Grupo de Trabalho recomendou a inclusão de novos sectores. Com esta alteração, os clusters e sectores de desenvolvimento passam a ser conforme o relatório produzido Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Para a Cooperação Económica e Empresarial da CPLP, transcrito a seguir:

---

<sup>25</sup> Citado 2.9.1 - Comércio e tendência entre os países da CPLP. Página 55.

- a) Energia;
- b) Turismo;
- c) Infraestruturas;
- d) Mar e Recursos Naturais;
- e) Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- f) Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); e
- g) Conhecimento (Investigação e Desenvolvimento).

Identificaram quatro vertentes fundamentais:

- i. A melhoria do ambiente de negócios para a promoção do comércio;
- ii. Melhoria do ambiente de negócios para o investimento;
- iii. A capacitação institucional e empresarial; e
- iv. Melhoria dos mecanismos de financiamento.

No tocante à melhoria do ambiente de negócios para a promoção do comércio e do investimento, o Grupo de Trabalho apresentou as seguintes sugestões:

- i. Adopção de medidas complementares no sentido de se desenvolverem parcerias de complementaridade com vista a potenciar as capacidades produtivas para o reforço da oferta nos respectivos mercados regionais;
- ii. Levantamento e disponibilização da legislação comercial e de investimento aplicada em cada Estado-Membro.

No que respeita à certificação de qualidade, o Grupo de Trabalho propôs a elaboração de um plano de acção nos domínios da metrologia, normalização e qualificação (pilares da qualidade), visando o reforço da cooperação nesta área.

Quanto à capacitação empresarial, foi reconhecida a sua importância por parte do Grupo de trabalho, tendo sido destacada a necessidade de fomentar a educação para o empreendedorismo, bem como o reforço da formação a nível das Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

A propósito das questões de financiamento empresarial, não houve consenso relativamente à proposta de “promoção de instrumentos de partilha de risco para melhorar o acesso a capitais”, tendo o Grupo de Trabalho concordado com a seguinte reformulação: “Promover a troca de experiências entre os países da CPLP em matérias ligadas à partilha de risco, encorajando, onde for necessário, a criação de instrumentos nacionais, para dar resposta a dificuldades de acesso a capitais das PME’s”.



Passaremos agora a demonstrar os resultados finais, elaborado pela equipa Técnica de Peritos à contemplar “Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimentos” estabelecida entre os oito Estados-membros.

#### Quadro 17 - Forma de melhoria do ambiente de negócios: promoção do comércio

Melhoria do ambiente de negócios : promoção do comércio		
Problemas	Medidas	Agentes
Níveis de trocas comerciais insignificantes	Encorajar as autoridades competentes nacionais a promover os mecanismos legais para facilitar a circulação de empresários no espaço da CPLP	Estado (agências de promoção do comércio e investimento, embaixadas, bancos centrais, alfândegas, institutos de apoio a PME)  Confederação Empresarial da CPLP  Empresas, Associações empresariais e/ou câmaras de comércio ;
Défice infraestrutural e logístico	Promoção de cooperações no sentido de apoiar as partes (particularmente a favor do Estado e Territórios Insulares), nas respetivas CER e no aproveitamento de outros acessos preferenciais, no preenchimento das condições de certificação de origem com respeito ao artigo 4 do Anexo III-da Regra de origem da OMC.	
Existência de barreiras alfandegárias/não alfandegárias	Desenvolver parcerias de complementaridade com vista a potenciar as capacidades produtivas para o reforço da oferta nos respetivos mercados regionais.	
	Elaboração de um plano de acção nos domínios da metrologia, normalização e qualificação (pilares da qualidade), visando o reforço da cooperação nesta área.	
	Criação de plataforma da CPLP de agências nacionais de comércio e investimento para uma cooperação mais estreita	
	Criação de mecanismo de apoio ao comércio intra- CPLP e atividades de <i>lobbying</i> a favor de cada EM da CPLP, nas respetivas CER's	
	Criação de programas de apoio à exportação das PME's	
	Promoção de eventos comerciais da CPLP (feiras e outros certames)	
	Encorajar os países da CPLP a criarem, onde possível, Zonas francas e entrepostos comerciais no espaço da CPLP.	
	Levantamento e disponibilização da legislação comercial e de investimento aplicada em cada Estado Membro.	

Fonte: Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento.

Quanto, a melhoria do ambiente de negócios: promoção do comércio intra-CPLP, acreditamos serem fundamentais as negociações para que o Estatuto da Cidadão CPLP entre em vigor, e efectivamente seja colocado em prática pelos Estado-Membros, bem como a questão de vistos e a facilitação á circulação para empresários e outros. É imprescindível que a CPLP articule a regulamentação e a aplicação dos Acordos no âmbito da cidadania, sendo necessário, a avaliação continua, o controlo da forma como esta ser implementada as normativas acordadas.

Ainda na matéria do comércio será importante um estudo aprofundado em vias de promover a desburocratização (no intuito de facilitar o tramite e prazo de documentos para se concretizar os negócios) internamente em cada Estado-Membro, afim de melhor acolher os empresários/investidores.

Outro ponto crucial, que poderá ser adiado, mas se efectivamente ambicionarem uma verdadeira integração económica, terá que entrar em agenda, será a questão da Legislação Tributaria e Alfandegaria. Caberá a CPLP criar uma comissão específica, para promover os estudos necessários em todas as Legislação homólogas, sintetizando uma única, a contemplar os interesses de todos os Estados membro.

Quanto a referência do Artigo 4 do anexo III da regra de Origem da OMC<sup>26</sup> - Medeiros, Eduardo Raposo, Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo, cita algumas críticas como,

*a existência de uma multiplicidade de sistemas de origem, constitui um forte obstáculo ao comercio internacional, impeditivo de maior liberalização das trocas comerciais e com conteúdo económico e/ou fiscal...A abundância de variantes, em termos conceptuais das regras de origem, faz com que os operadores económicos dos vários países não tenham conhecimento das «regras do jogo». Daí a falta de transparência. Constata-se que as listas de excepções, incluídas nos diferentes sistemas de origem, apresentam-se com uma grande complexidade e variedade de conteúdo. (Medeiros 1998:65).*

Assim, convém que Os Acordos sejam, mais simples possível, para que não haja dupla interpretação sobre os mesmos.

---

<sup>26</sup> “Para efeitos de determinar se uma mercadoria é originária, a sua produção no território de uma ou ambas as Partes por um ou mais produtores deve ser considerada como tendo sido realizada no território de uma das Partes pelo exportador ou produtor, desde que a mercadoria cumpra as disposições deste Anexo”

## Quadro 18 - Formas de promoção do Investimento

Melhoria do ambiente de negócios: promoção do Investimento		
Problemas	Medidas	Agentes
Fraco nível de investimento Intra-Comunitário	Replicação de melhores práticas intra-CPLP (p.e. desburocratização; “Empresa na Hora”)	Estado (agências de comércio e investimento, embaixadas, bancos centrais, alfândegas, institutos de apoio a PME)
	Elaboração de acordos Intra-Comunitários de Investimento que reconheçam um conjunto de direitos económicos preferenciais	
	Disposições que privilegiem <i>joint ventures</i> no espaço da CPLP	Associações empresariais e/ou câmaras de comércio;
	Incentivar, a nível da CPLP, investimentos que contenham componentes de desenvolvimento sócio-ambiental e de formação de recursos humanos	
	Identificação de uma carteira de projetos estruturantes nas áreas prioritárias acima citadas	Confederação Empresarial da CPLP
	Desenvolver o conceito de incorporação lusófona (com vista à equivalência, quando possível, à incorporação nacional)	

Fonte: Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento.

As medidas contempladas são fundamentais, será indispensável a criação de um fundo para o desenvolvimento, que possa ser usado pontualmente, como incentivo a projectos estruturantes nas áreas previamente convencionadas.

## Quadro 19 - Forma de capacitação empresarial

Melhoria do ambiente de negócios: Capacitação Empresarial		
Problemas	Medidas	Agentes
Insuficiente capacidade de gestão de empresários no espaço da CPLP	Proceder ao levantamento das necessidades de formação empresarial	Estado (agências de comércio e investimento, embaixadas, bancos centrais)
	Dinamizar portais informativos e criar mecanismos de formação à distância	
	Facilitar contactos entre empresários da CPLP e instituições financeiras, e particularmente bancos de desenvolvimento	Instituições de Ensino médio, Superior e de formação profissional.
	Promover a cooperação entre instituições de formação às PME.	Confederação Empresarial CPLP.
	Promover a educação para o empreendedorismo.	

Fonte: Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento.

Viabilizar pelo menos nos Estados-Membros, onde as instituições de ensino necessite, o acesso ao Fundo para a Integração, fomentando parcerias com instituições homólogas, com nível internacional de qualidade já conquistado, para que a equidade seja alcançada, promovendo assim as parcerias entre as Instituições de ensino.

## Quadro 20 - Formas de melhoria dos mecanismos de financiamento

Melhoria de Mecanismos de Financiamento		
Problemas	Medidas	Agentes
Dificuldade de acesso a financiamentos	Mobilização de recursos para financiamento/garantias de comércio externo – utilizando instituições financeiras existentes	CPLP com apoio dos bancos de desenvolvimento nacionais e multilaterais  African EximBank  SOFID; BNDES; BDA; PROMOTORA  Confederação Empresarial da CPLP
	Estreitar o relacionamento entre bancos de desenvolvimento nacionais e outros bancos import-export	
	Avaliar a possibilidade de criação de Fundo de Investimento aproveitando a sinergia das instituições existentes	
	Promoção de Private Equity Funds com enfoque nos Estados da CPLP	
	Mobilização de recursos para apoio a instituições de microcrédito	
	Promover a troca de experiências entre os países da CPLP em matérias ligadas a partilha de risco, encorajando, onde for necessário, a criação de instrumentos nacionais, para dar resposta a dificuldades de acesso a capitais das PME.	
	Apoio à mobilização de fundos para projetos estruturantes através de PPP.	

Fonte: Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento.

Julgamos ser necessário a criação de um órgão que possa coordenar todo o processo, exercendo um controlo rigoroso em sua implementação, um acompanhamento permanente, bem como um processo de avaliação eficiente.

Como o próprio texto da Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento prevê nas conclusões apresentadas.

“Face à preocupação quanto à implementação das medidas propostas, foi aventada a hipótese de reforçar o acompanhamento da execução das mesmas com recurso a serviços externos.

Partindo de indicadores internacionais de ambiente de negócios, como “Doing Business Report” do Banco Mundial, e do volume de comércio intra-CPLP, será necessário avaliar periodicamente os resultados da implementação das medidas propostas.

Melhoria de Mecanismos de Financiamento Problemas Medidas Agentes Dificuldade de acesso a financiamentos Mobilização de recursos para financiamento/garantias de

comércio externo – utilizando instituições financeiras existentes CPLP com apoio dos bancos de desenvolvimento nacionais e multilaterais African EximBank SOFID; BNDES; BDA; PROMOTORA e Confederação Empresarial da CPLP. Estreitar o relacionamento entre bancos de desenvolvimento nacionais e outros bancos import-export.

Avaliar a possibilidade de criação de Fundo de Investimento aproveitando a sinergia das instituições existentes Promoção de Private Equity Funds com enfoque nos Estados da CPLP Mobilização de recursos para apoio a instituições de microcrédito.

Promover a troca de experiências entre os países da CPLP em matérias ligadas a partilha de risco, encorajando, onde for necessário, a criação de instrumentos nacionais, para dar resposta a dificuldades de acesso a capitais das PME. Apoio à mobilização de fundos para projetos estruturantes através de Parceria Publico Privado (PPP).

Foi identificada a necessidade de procurar uma convergência, nos objetivos e estratégias no sentido de criar externalidades úteis à promoção da cooperação económica e empresarial na Comunidade, nomeadamente estratégias comuns em relação a áreas de maior influência na economia global (EUA e UE), para as atuações no quadro da OMC, na realização dos Objetivos Desenvolvimento para o Milénio (ODM) e a participação activa em todo o Sistema das Nações Unidas.

Acredita-se que, através de um tratamento especial dado aos agentes de negócios da CPLP, todos os Estados Membros poderão beneficiar de uma maior integração comercial, contribuindo para o crescimento económico e desenvolvimento social.

Finalmente considera-se necessária a monitorização permanente do clima de investimentos no espaço CPLP, com vista à avaliação de impactos de políticas e estratégias e aos seus necessários alinhamentos”.

## **4. Inquéritos aplicados aos Membros das Missões permanentes e representantes Diplomáticos**

Para prossecução dos objectivos presentes neste tópico, socorremo-nos a ferramenta qualitativa, aplicada à entrevista estruturada, a fim de percebermos o interesse implícito nos intervenientes, já que o principal objecto do inquérito era compreendermos se há interesse político/diplomático em desenvolver intensamente as relações económicas/comerciais entre os pares, bem como as sugestões voltadas para a integração económica no espaço CPLP.

Foram distribuídos 12 Inquéritos sendo:

- 2 Para os Directores da CPLP;
- 8 Para as respectivas Missões Diplomáticas Permanentes;
- 2 Para responsáveis técnicos na CPLP.

Foram obtidas 10 respostas. Os intervenientes referidos como: “anonimo; técnico e conselheiro”, optaram pelo sigilo.

### **4.1 Em seguida enumeram-se as questões colocadas.**

Bem como as referidas respostas. Faz-se para cada uma dela, uma apreciação.

**Acredita que seria importante privilegiar o estreitamento económico e comercial entre os países da CPLP?**

*“Sim. Privilegiar áreas tais como circulação de pessoas (facilitação de vistos, por ex.) e articulação (coordenação) em áreas afins ao comércio e investimento (estatísticas, padronização de dados, facilitação alfandegaria, etc.)”* Embaixador Doutor Pedro Mota.

*“Sim, entre si, optaram por parceria estratégicas privilegiadas”* Embaixador Doutor Helder Lucas.

*“Sim. Facilitar a circulação de pessoas para meses de negócios (concessão de vistos), criar Acordos de Protecção e Promoção de Investimento, Acordos para evitar a dupla tributação; Empresas devem ser dinamizadoras de negócios; estimular as PME's; o acompanhamento e a avaliação das acções.”* Anónimo.

*“Acredito que sim. Apostar forte em Infraestruturas, mais e melhores transportes e sempre que possível de fabrico dos Países Membros, como no caso de navios aqui em Portugal e aeronaves no Brasil e dar preferência a produtos dos Países Membros.”* Conselheiro.

“Sim” Conselheiro.

*“Sim. Aumento das visitas recíprocas de nível governamental e das acções de divulgação dos planos e projectos sendo executados, privilegiar a cooperação na área de recursos humanos, na organização das actividades para a promoção do comércio e do investimento, assim como da cooperação intergovernamental e empresarial, no domínio agrícola e das pescas, no domínio da construção de infraestruturas, no domínio dos recursos naturais e da ajuda ao desenvolvimento”.* Conselheira.

*“Sim. Envidar esforços com vista ao fortalecimento da cooperação económica e comercial para fazer face aos desafios decorrentes da pós-crise financeira, assim como opor-se ao proteccionismo comercial e reduzir as barreiras comerciais e de investimento, contribuindo, deste modo, de forma ativa, para o desenvolvimento económico dos Estados Membros. Com base nos princípios da igualdade, benefícios mútuos, complementaridade e diversidade existente entre si, os Estados Membros devem reforçar o conhecimento e a comunicação mútua através da identificação de necessidades específicas de cooperação e diálogo sobre políticas económicas e comerciais, com vista a elevar o volume da cooperação económica e comercial, assim como alargar as novas áreas de cooperação, a fim de promover a prosperidade e o desenvolvimento comum”.* Conselheiro.

*“Sim. É preciso rever as legislações alfandegárias e a questão do proteccionismo é muito difícil fazer negócios com o Brasil”.* Técnico.

*“Sim, os acordos bilaterais têm grande ímpeto, entretanto era de favorecer os acordos multilaterais”* Conselheiro.

No quesito da importância em privilegiar o estreitamento económico e comercial, todos concordam. Porém alguns aspectos são salientados como:

- Facilitação de vistos, tanto o Estatuto do Cidadão CPLP, como os Acordos de Circulação na Comunidade são processos que já poderiam estar em vigor, no entanto falta interesse político em ratificá-los e efetivamente colocá-los em prática.
- Falta de padronização de dados e estatísticas é de certeza uma grande lacuna presente na Comunidade, sendo mais evidente em alguns dos países e este será um dos problemas a ser resolvidos com incentivo as parcerias entre as Instituições de



Ensino e troca de experiências no sentido de equiparar as distintas regiões do conjunto CPLP, ao mesmo grau de desenvolvimento.

- As questões: alfandegaria; da dupla tributação e do proteccionismo, que são preocupações dos intervenientes, parece-nos claro que seja preciso iniciar os trabalhos de integração económica pela via legislativa, ou seja conhecer as diversas legislações aplicadas nestes âmbitos e procurar convergir os interesses de todos os países em acórdãos que possam ser aplicados para a Comunidade.

**Poderá haver vontade política em aplicar os acordos necessários para viabilizar uma maior integração económica e comercial entre os países PALOP?**

*“Devem ser precedidos de esforço negociador em nível político, no geral fica evidente o interesse nessa integração”* Embaixador Doutor Pedro Mota.

*“É complicado e muito difícil, pela dispersão geográfica e por estarem integrados em outros blocos. Não é objectivo da CPLP”.* Embaixador Doutor Helder Lucas.

*“Sim, mas não há as estruturas e as instituições necessárias, ainda.”* Anónimo.

*“Sim”* Conselheiro.

*“Sim”* Conselheira.

*“Sim”* Conselheiro.

*“Sim, mas será muito difícil, pois os países vivem realidades muito diferentes”.* Técnico.

*“De certeza que há vontade política, é preciso haver condições para efectivar uma integração económica”* Conselheiro.

De todas as respostas dadas ficou muito claro que haverá vontade política em viabilizar uma maior integração económica, porém está evidente a preocupação com o nível de estruturação de cada país. Todavia tiramos da fala do Excelentíssimo Embaixador “esforço negociador em nível político” o qual nos aponta o caminho para a superação das disparidades, o que nos remete ao conhecido princípio político “os países e as regiões mais ricas e desenvolvidas deverão ser solidários com os em desenvolvimento e mais pobres.

**Acha útil, a harmonização dos regimes fiscais, de forma competitiva, atraindo investidores de outras regiões para os países da Comunidade?**

*“Sim, como objectivo, a ser precedido de medidas tais como as citadas no item 1 acima”.*  
Embaixador Doutor Pedro Mota.

*“No Conjunto não esta na Agenda. Países dispersos e integrados em organizações regionais. Há cooperação triangular entre Brasil, Japão e Moçambique o “Corredor de Nacala”, para o desenvolvimento da agricultura”.* Embaixador Doutor Helder Lucas.

*“Sim.”* Anónimo.

*“Sim.”* Conselheiro.

*“Sim.”* Conselheira.

*“Sim”* Conselheiro.

*“Sim. Entretanto há necessidade de redefinir os objectivos da CPLP”.* Técnico.

*“Sim, para atrair investimento”.* Conselheiro.

Deste conjunto de testemunhos, destacamos como ideia chave, que a questão do regime fiscal é em parte crucial em qualquer tentativa de reforço da cooperação económica. Relativamente a esta aplicação dos acordos, estão aspectos como:

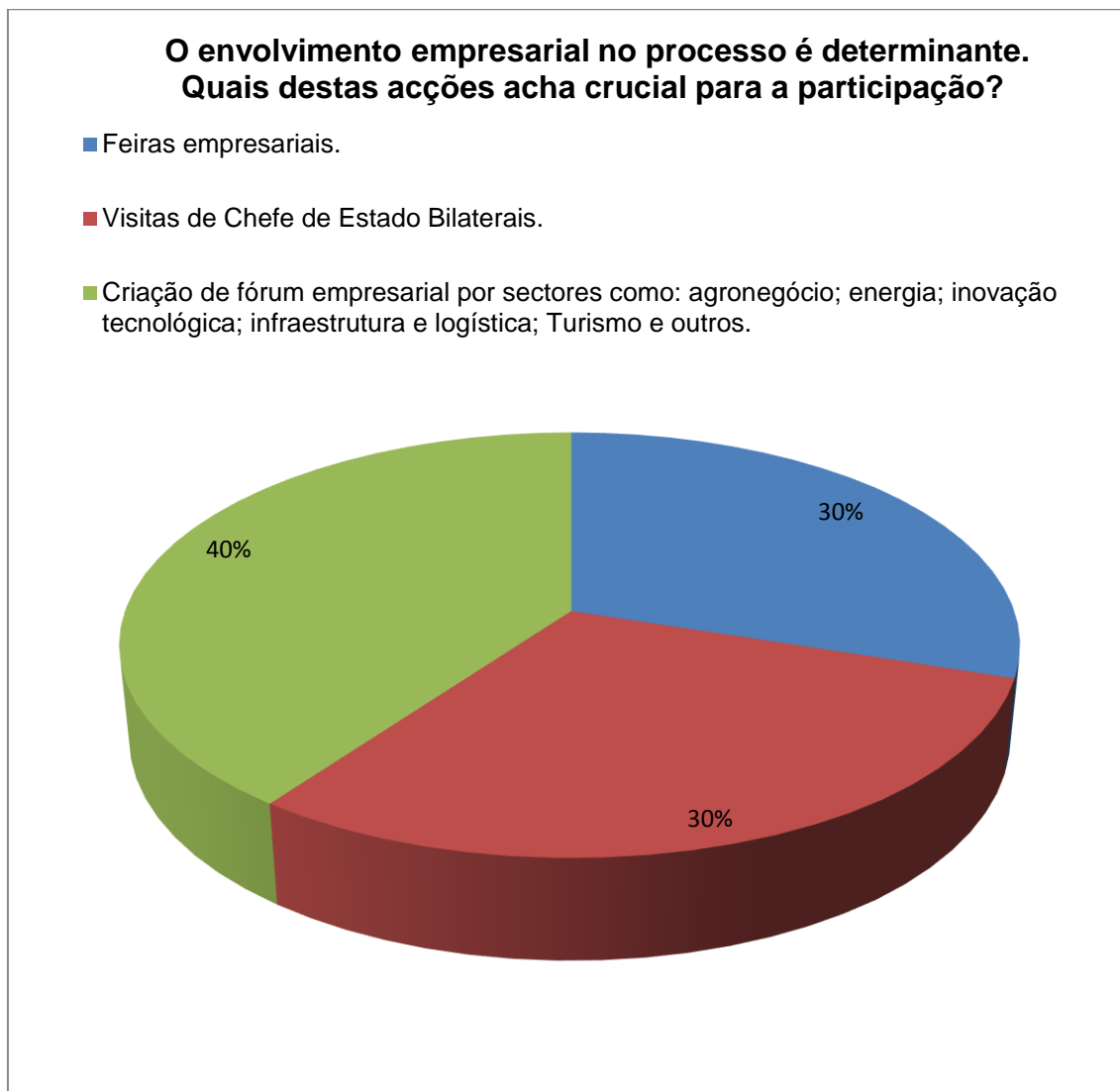
- O facto de não estar na Agenda CPLP a integração económica - Nota-se que o Excelentíssimo Embaixador Doutor Helder Lucas apresenta-se sempre céptico em suas respostas, pois não vê na CPLP a via da integração económica, mas sim a política. Embora o entrave poderá estar nos recentes acordos comerciais “bilaterais” entre Portugal e Angola.
- Dispersão entre as várias regiões do Globo<sup>27</sup> - O que sem dúvida, se bem organizado será uma mais-valia substancial para a Comunidade, pois estamos presentes em 4 continentes, representamos mais de 240 milhões de consumidores, é o 3º idioma mais falado no mundo, temos a história com toda a sua influência a nos unir. O fluxo de imigrantes presentes nestes territórios (as diásporas, relevante pela língua comum) que desejam ter acesso aos produtos de sua terra natal. São

---

<sup>27</sup> Ver organizações com envolvimento em termos de CPLP – Página 60.

elementos que fortalecem a necessidade de se colocar na “Agenda CPLP” o estreitamento económico e comercial que aqui defendemos.

#### Gráfico 4 – O envolvimento empresarial



Observa-se maior relevância na criação de fóruns, entretanto as vias de participação empresarial apresentada, parece-nos equilibrado dizer, que todas as vias são importantes.

**Sob seu ponto de vista, quais as directrizes norteadoras para o desenvolvimento económico, empresarial e comercial entre os países da CPLP?**

*“Elaboração e acompanhamento de matriz com fluxo de comércio e investimento, bem como com dinâmica e projecções (indicadores) ”.* Embaixador Doutor Pedro Mota.

*“Cito a Resolução Estratégica para o desenvolvimento económico, a (Aliança) como projecto embrião, mas não tem sido fácil”.* Embaixador Doutor Helder Lucas.

*“Estabilidade política, Instituições credíveis, sistema bancário eficiente, Agências de apoio à criação de PMEs e atração de Investimento Estrangeiro (IDE); infraestruturas rodoviárias/portuárias.”* Anónimo.

*“Criação de um organismo comum de carácter fiscalizador, para criar as directivas e fazer cumprir essas e outras já existentes”.* Conselheiro.

*“O desenvolvimento económico e comercial constitui o alicerce e o cerne do atual relacionamento entre os Países Membros e deve-se promover o seu desenvolvimento, quer a nível bilateral, quer a nível multilateral, designadamente nos domínios do comércio, investimento, turismo e transportes.”* Conselheira.

*“Primar pela atracção de IDE, políticas de boas práticas governamentais e critérios de gestão e controlo das directivas”.* Técnico.

*“Elaboração de uma agenda para o desenvolvimento Económico, inserindo a Confederação”* Conselheiro.

Neste conjunto de sugestões sobre as directrizes norteadoras, destacamos:

- A estabilidade política, como base para qualquer estreitamento de relações, não se consegue avançar com nenhum projecto, se não há primeiramente o consenso interno – como vemos na Guiné-Bissau e recentemente em Moçambique.
- Instituições credíveis e eficientes, boas práticas governamentais e critérios de gestão e controlo – sugere-nos como óbvio que há necessidade de um amadurecimento político/democrático dentro da Comunidade. Que é preciso replicar os exemplos de boa governação, bem como o zelo pela “administração pública”, primando pelo desenvolvimento e buscando a credibilidade e a estabilidade necessária para atrair o citado Investimento Estrangeiro.

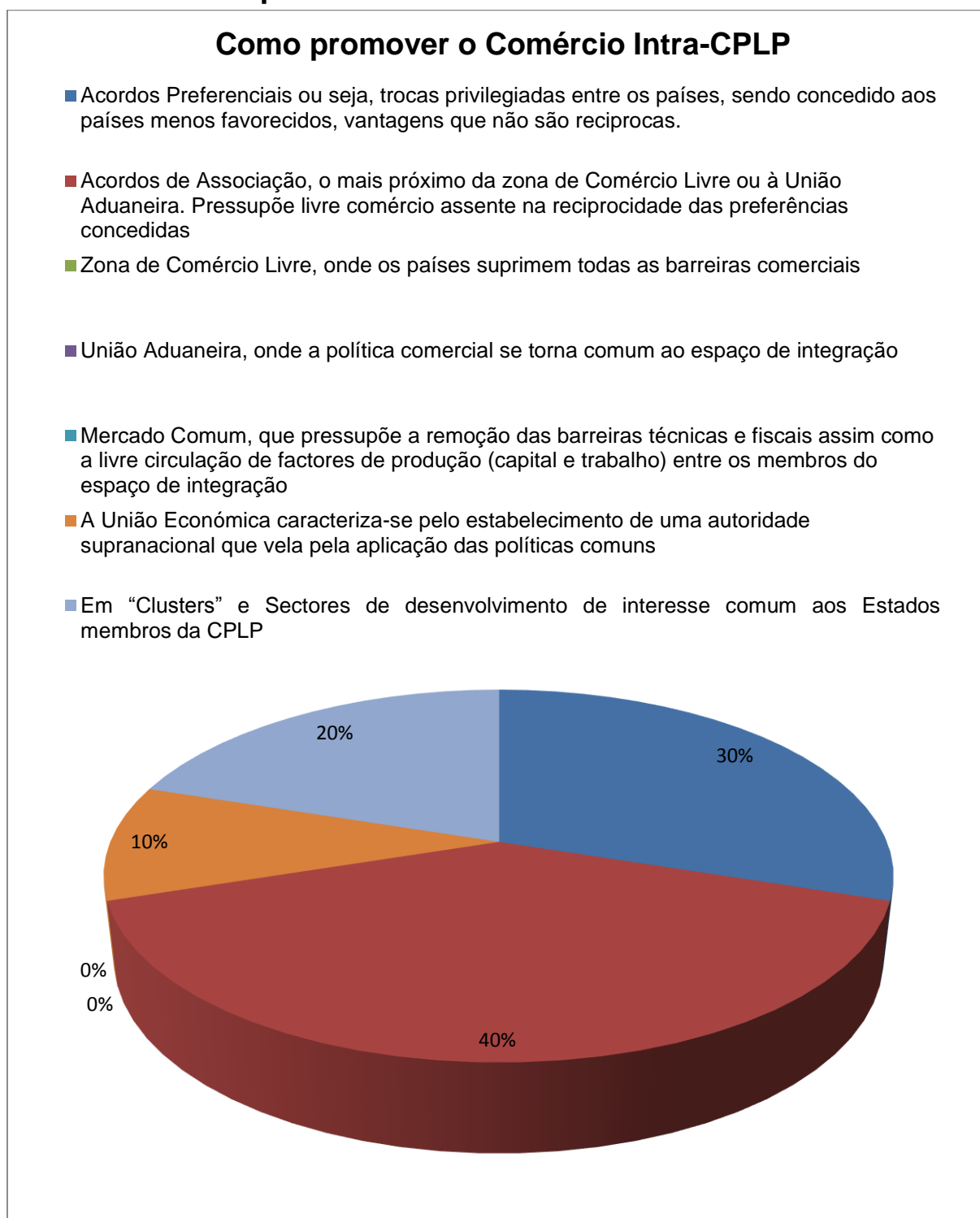
### **Como promover o Comércio Intra-CPLP? Comentários.**

*“Divulgação das capacidades da CPLP junto aos órgãos empresariais e negociações inter associações e organizações intergovernamentais regionais. (acordos entre regiões: MERCOSUL, SADC etc.). ”* Embaixador Doutor Pedro Mota.

*“Acordos Preferenciais ou seja, trocas privilegiadas, tendo em conta que todos os países da CPLP estão inseridos em blocos regionais específicos, podendo ser um entrave para uma integração efectiva”.* Anónimo.

*“Visitas recíprocas de alto nível no quadro das consultas mútuas e da promoção da cooperação, reforçar os mecanismos bilaterais já existentes e criar mecanismos multilaterais de cooperação intergovernamental entre os Estados membros, de modo a aperfeiçoá-los constantemente”.* Conselheiro.

**Gráfico 5 - Como promover o Comércio Intra-CPLP.**



Observa-se pelos inqueridos que entre as formas de integração económica apresentada, 40% acreditam que o mais adequado são os Acordos de Associação<sup>28</sup>, o que pressupõe livre comércio assente na reciprocidade das preferências concedidas. Seguido de Acordos

<sup>28</sup> Citado a partir da página 2, formas de integração económica.

Preferenciais, estando a Integração em Clusters, como previsto na AEPCI, com 20% de aceitação dentre os inqueridos.

**Acredita que existe estabilidade política em seu país e nos congéneres, para uma aproximação económica/comercial efectiva?**

*“Sim, de forma relativa”.* Embaixador Doutor Pedro Mota.

*Sim existe, Angola desde 2002, conseguiu a estabilidade política, estamos buscando o desenvolvimento”.* Embaixador Doutor Helder Lucas.

*“Sim.”* Anónimo.

*“Sim.”* Conselheira.

*“Sim”* Conselheiro.

*“Sim”* Técnico.

A questão da estabilidade política nos países da CPLP sugeri-nos uma complexidade subtil, pois na sua maioria são países jovens, se olharmos pelo prisma da Democracia, podemos assim dizer, países estes que estão buscando estruturar suas bases governamentais, bem como suas bases sociais antropologicamente dizendo, já que em alguns casos há séculos de conflitos pelo domínio e poder local. O que não afasta o desejo intrínseco em cada um: no desenvolvimento; de criar melhores condições de vida aos seus cidadãos; de sair da condição de estar entre os países mais pobres do mundo a exemplo de Timor-Leste ganhando expressão mundial ao articular o grupo G7+, enfim de buscar o consenso. E fazendo uma análise actual dos 8 países, até mesmo Portugal, considerado o melhor estruturado dentre todos, no presente contexto tem uma estabilidade relativa. O que queremos dizer é que não podemos esperar a “maturidade chegar” para efectivarmos as acções é preciso sim desencadear este processo e promover as resoluções que satisfaça a maioria.

**As condições políticas em seu país e na Comunidade, nestes 17 anos de história da CPLP melhoraram?**

*“No geral, sim (Angola, Moçambique, STP, Timor Leste. Exceção: GB/onde as condições estão deterioradas, sem perspectivas a curto prazo”.* Embaixador Doutor Pedro Mota.

*“Sem dúvida que a CPLP teve influência na implantação do Estado Democrático e de Direito, na época Angola estava em guerra, hoje estamos em pleno desenvolvimento. Sim houve grandes avanços em toda a região com exceção da Guiné Bissau”.* Embaixador Doutor Helder Lucas.

*“A exceção para Portugal e Guiné-Bissau (por razão conhecidas) todos os países tem vindo a ter taxas de crescimento muito favoráveis, nomeadamente Angola, Brasil, Moçambique, etc. mas há muito a fazer – reduzir a corrupção, melhorar a justiça e o encaminhamento legal do investimento estrangeiro. Simplificar a burocracia (Brasil é um exemplo), criar escolas de referência”.* Anónimo.

*“Penso que dos 8 países, somente a GB não estaria de momento estruturada para uma abertura política integradora, mais no geral os demais evoluíram muito”.* Conselheiro.

*“Sim. Todos os países progrediram nestes 17 anos, mas ainda há muito por fazer”.* Técnico.

Parece-nos claro que a CPLP foi importante para toda a Comunidade, principalmente para os países que estão em África, como nos lembra o Excelentíssimo Embaixador Doutor Helder Lucas, *“houve garantias de direitos humanos e foram difundidos os valores democráticos e o Estado de Direito”.* Ao observarmos o relatório do INE<sup>29</sup> notamos que nos últimos anos houve um considerável crescimento económico em toda a Comunidade, bem como a melhoria de outros indicadores relevantes como: expectativa de vida e taxa de mortalidade infantil. Mas ainda há muito por fazer como os próprios intervenientes citam.

---

<sup>29</sup> Instituto Nacional de Estatística – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico citado Página 45 e 46.



## 4.2 Percepção global das entrevistas

Aspectos relevantes evidenciados nas respostas dos inqueridos, a saber:

- Existe um anseio pelo crescimento económico na Comunidade e todos os intervenientes sugere que haja investimento em infraestruturas como: transportes aeroportuário; estradas e linhas férrea. Viabilizando sempre que possível as parcerias entre os países-membros.
- Ficou claro que há necessidade de troca de conhecimentos para a estruturação no caso de alguns países, à criação de instituições essenciais para desenvolverem as acções pertinentes e neste caso a CPLP desempenha um papel fundamental.
- Nos é evidente a inquietação dos inqueridos com a questão fiscal, ou seja a dupla tributação, as questões alfandegárias e o proteccionismo existente, por parte de um ou outro país. Inquietação, que será contemplada em nossa sugestão de trabalhos, a serem desenvolvidos.
- Como muito bem refere o Excelentíssimo Conselheiro “O reforço ao conhecimento” – sim as parcerias entre as Instituições de Ensino já começam a existir, após a criação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP e respectivo Plano de Acção, porém é preciso que seja intensificado.
- Também notamos a preocupação com a avaliação continua e o controlo na fala do Excelentíssimo Embaixador “o acompanhamento matriz com fluxo de comércio....bem como os indicadores”, o que remete ao urgente empoderamento por parte da CPLP, afim de assumir as directrizes e exigir que as mesmas, sendo acordadas, sejam ratificadas e entrem em vigor, já que em muitos casos isso não acontece. Como é o caso por exemplo dos acordos no âmbito da circulação, outro ponto referenciado entre os inqueridos, que só tem 20% dos acordos ratificados.

Em síntese, notamos que, apesar de todas as dificuldades que uma integração económica na CPLP venha enfrentar, há abertura e anseio de que as mesmas possam vir á ocorrer.

## 5. Sínteses e Conclusões

**Em termos da nossa pergunta de partida, conhecer de que forma, e através de que vias, poderá ser reforçado o estreitamento das Relações Económicas Comerciais entre os Países Língua Portuguesa?**

Conclui-mos que a resposta passa efectivamente pela mudança do paradigma, concentrando esforços e privilegiando as Relações Económicas e Comerciais entre os países da CPLP, através de:

- ✓ Criar um órgão coordenador para a pasta integração económica na CPLP;
- ✓ Alteração da Declaração Constitutiva (em termos de objectivos, dos princípios e inclusão de um novo órgão e suas funções no estatuto);
- ✓ Harmonização dos regimes fiscais, de forma competitiva;
- ✓ Criação de um centro de arbitragem com a finalidade de garantir a segurança jurídica;
- ✓ Criação de um Fundo para financiamento das acções para o desenvolvimento económico;
- ✓ Implementação, controle e avaliação das directivas acordadas;
- ✓ Inserção dos parceiros no processo, nomeadamente: Instituições Financeiras; Instituições de Ensino; Empresários e Sociedade Civil Organizada.

De toda a análise feita ao longo deste trabalho, retiramos as seguintes conclusões:

### **Nas questões Institucionais de caracter oficial.**

Em face da investigação realizada, deixa-se a sugestão, de partir dos PFC, ou seja o grupo de Técnicos Peritos, formado por representantes dos 8 países, denominado de Secretariado Técnico Permanente ligados ao CM do Comércio os quais já fomentaram a AEPCI.

- Criar um órgão coordenador para a pasta de integração económica na CPLP, assente no seu terceiro pilar fundador “a cooperação mutuamente vantajosa” no qual esteja presente as pastas: CM das Finanças; CM da área Económica; CM da área Comercial e OC de áreas afins: Confederação Empresarial; as Câmaras do Comércio, Instituições Financeiras da Comunidade, o qual definirá as directrizes norteadoras;

- Revisão da Declaração Constitutiva incluindo nos seus objectivos os termos Economia e Comércio, passando a ser:

Onde lê-se b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social, acrescentando “Economia e Comércio”, ou, preferindo, acrescentar o quarto objectivo, ficando a letra d) a materialização de projectos de promoção ao desenvolvimento económico, comercial e financeiro de forma sustentado. O que no nosso entendimento seria o ideal;

- Incluindo também no VII princípio o Económico Sustentável – onde lê-se promoção do desenvolvimento – passaria a «promoção do desenvolvimento económico sustentado». Já que na época não havia a preocupação com o meio ambiente.
- Contemplar no Estatuto o novo órgão e respectivas funções, dando-lhe legitimidade.

Vencidos os entraves burocráticos será necessário definir prioridades.

Legitimado, este órgão coordenador, seria responsável por:

- Fazer um levantamento das legislações nacionais existentes no âmbito das políticas económicas e comerciais, buscando sintetizá-las, numa legislação que contempla os interesses dos Estados-Membros, aplicada para a Comunidade, respeitando, todavia, os limites impostos, por via de já estarem inseridos em blocos regionais<sup>30</sup>. Constituindo as directivas para promoção do desenvolvimento económico, empresarial e comercial entre os países. Ou pelo menos, como já citado nos comentários do quadro promoção do comércio<sup>31</sup>, será importante um estudo aprofundado em vias de promover a desburocratização (no intuito de facilitar o tramite e prazo de documentos para se concretizar os negócios) internamente em cada Estado-Membro, afim de melhor acolher os empresários/investidores;
- Criação de um centro de arbitragem, com a participação das Ordens de Advogados, Bastonários, ou seja, representantes do Poder Judiciário de todos os Estados-Membros a fim de garantir a segurança jurídica;
- Aconselhamento e suporte técnico necessário aos Estados que necessitem criar mecanismos legislativos e institucionais, a fim de garantir que as Instituições funcionem; ou seja, fomentando mecanismos que possam estimular a criação de infraestruturas internas e instituições credíveis, que consigam, executar as directivas acordadas. Neste tópico, com excepção de Portugal e, em algumas situações, o

<sup>30</sup> Este facto foi, de resto, realçado, por alguns dos Diplomatas, que referiram que os países ao estarem nos seus blocos regionais (com objectivos por vezes dispares) seria um entrave a uma maior integração lusófona.

<sup>31</sup> Citado na página 63 – Previsto pela AEPCI.

Brasil e Angola, todos os países têm lacunas sobretudo nas estruturas organizacionais, nomeadamente na máquina do Estado e na participação da sociedade civil.

Relativamente ao défice nos transportes — rodoviários; portuário, aéreo e ferroviário — poder-se-ia pensar em parcerias intra-comunidade a exemplo da construção dos estádios de futebol no Brasil, onde as estruturas estão sendo construídas em Portugal pela Martifer. No que concerne ao económico o exemplo seria a fusão de capitais como ocorreu recentemente nas telecomunicações entre empresas Portuguesas e Angolanas.

### **Recursos financeiros.**

- Criação de um Fundo para estimular o desenvolvimento económico sustentado. Este poderá ser criado<sup>32</sup> ou ampliado o já existente, e neste caso, incluir-se no texto do seu Regimento a cláusula de direccionamento específico, para uso na promoção desenvolvimento económico sustentado;
- A fonte de financiamento do mesmo poderá ser através, de doações, no âmbito da Responsabilidade Social Empresarial<sup>33</sup>, provenientes de grandes empresas. Poderíamos dar como exemplo empresas como: Petrobras; Vale do Rio Doce; PT Telecomunicações; EDP; as Instituições Financeiras como os Bancos da Comunidade, dentre outras;
- Garantindo neste âmbito, os recursos para apoio a instituições de microcrédito e estímulos a PME (entidades predominantes da maioria do universo CPLP).

### **A implementação, o controlo e a avaliação contínua.**

Também como função desse Órgão coordenador responsável pela prossecução dos objectivos da integração económica na CPLP, e talvez a fase mais complexa do processo na implementação de uma política pública, esteja, no controlo e na avaliação contínua dos resultados. Convém ser privilegiada, a fim de garantir os ajustes necessários para o alcance dos objectivos, e que efectivamente haja imparcialidade, no alcance dos mesmos, por todos os Estados-Membros. Como reflectido no texto da AEPCI: “*considera-se necessária a*

---

<sup>32</sup> Melhoria de mecanismos de financiamento, previsto AEPCI. Pagina 67.

<sup>33</sup> A responsabilidade social das empresas passa-se primeiramente com o seu capital humano ou seja os trabalhadores. Mais genericamente todas as partes interessadas afectadas pela empresa, podem influenciar o alcance de seus resultados. Abrangendo á nível externo os parceiros de negócio e meio envolvente.

*monitorização permanente do clima de investimentos no espaço CPLP, com vista à avaliação de impactos de políticas e estratégias e aos seus necessários alinhamentos”.*

Na perspectiva do controlo e avaliação também deve, em nossa opinião, estar presente as negociações para que o Estatuto da Cidadão CPLP entre em vigor, e que verdadeiramente seja aplicado pelos Estados-Membros, bem como a questão de vistos e a facilitação de circulação, nomeadamente para empresários. É imprescindível que a CPLP articule a regulamentação e a aplicação dos Acordos no âmbito da cidadania, sendo necessário o acompanhamento de suas ratificações, bem como suas efectiva aplicação.

Igualmente é, em nosso entender, preciso a incorporação dos exemplos de boa governação, o combate a corrupção, ao nepotismo e a maléfica troca de favores políticos. Cabo Verde desponta como um bom exemplo a seguir, pois recebeu em 2011 o prémio de Boas Práticas de Governo em Africa, estando na vanguarda, sendo um dos poucos a nível mundial que esta muito próximo de atingir ODM.

### **Incluir a sociedade civil no processo**

Ainda como prioridade deste grupo de trabalho deveria estar, em nossa opinião, os seguintes aspectos: incluir a participação civil, levar a discussão para as Universidades, fomentando as parcerias entre as Instituições homólogas dentre os Estados e principalmente nos países que mais necessitam investir na educação. Incluindo assim a formação para o empreendedorismo e os demais tópicos previstos na AEPCI, referenciado na capacitação empresarial<sup>34</sup>. Garantindo neste âmbito o acesso ao apoio financeiro junto ao Fundo Especial para o investimento na CPLP. Como modelo citamos à criação do Mestrado em "Sociologia e Economia do Trabalho: Inteligência Económica e Cooperação no Espaço Lusófono", a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, da Universidade Lusófona. Outro parceiro que deve ser inserido neste processo é o Instituto Camões, o qual em parceria com o IILP, já tem um historial de defesa e promoção da língua portuguesa

---

<sup>34</sup> Pagina 66. Contemplado no texto da AEPCI.

## **No âmbito da Confederação empresarial da CPLP**

No caso da Confederação sugerimos que se faça uma espécie de “sondagem de mercado” buscando uma articulação em “rede” com as empresas que actuam na Comunidade, pois o poder político só dará resposta, concreta às dificuldades encontradas pelos empresários, se perceber com clareza as suas necessidades e fragilidades, bem como o seu contributo para o crescimento económico da região.

### **Outras acções já referenciadas**

Aproveitamento da *posição geo-estratégica de Cabo Verde poderá permitir a sua utilização como «plataforma de reexportação» de bens e serviços* encontrada em (Sousa 2008:33).

A criação e exploração da marca CPLP. Esta ideia, da “*marca CPLP*”<sup>35</sup>, tem por base, entre outras, a ideia de que, em termos de economia fiscal, juntos somos muito mais fortes. Trata-se de um projecto que certamente irá identificar os produtos que serão destacados pela sua origem.

Fazendo um balanço de todo o exercício de investigação, acreditamos que foram respondidas as questões de partida. No entanto, para que haja mudança efectiva é preciso haver vontade política, uma agenda própria, um regime fiscal competitivo e/ou acordos para evitar a dupla tributação, criação de um centro de arbitragem a fim de garantir a segurança jurídica, enfim, concentração de esforços no âmbito da Integração e Concertação Política na área Económica.

### **Em carácter de crítica construtiva**

É de salientar que há necessidade de interacção entre os trabalhos efectuados pela CPLP, a nível dos PFC, buscando unir esforços, experiências e conhecimento, ou seja, trabalharem em conjunto. Tudo isto para que não haja um distanciamento entre as pastas técnicas, o que só prejudicaria o resultado final.

O presente trabalho buscou, modestamente, demonstrar como os mecanismos políticos e económicos podem ser aplicados como política de integração económica reforçando uma maior cooperação entre os Estados-Membros.

---

<sup>35</sup> Entrevista de Salimo Abdula – novo presidente da Confederação Empresarial da CPLP – concedida a Rui Mendes – Radio Antena1 - em 05/08/2013 às 19:03hs  
<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=671683&tm=6&layout=123&visual=61>

## **5.1 Perspectivas para o futuro, linhas a ser exploradas em projectos de pesquisa.**

O assunto não se esgota, muito pelo contrário, o que se pretende é iniciar uma discussão a nível científico sobre a temática. Não se pode deixar de reconhecer a necessidade de estudos mais profundos, através de uma análise estatística detalhada, a própria necessidade de pesquisa legislativa poderia ser feita através de uma investigação científica, ou ainda em termos de custo benefício, para cada um dos países intervenientes, o estudo dos mecanismos de compensação entre os países ganhadores, em termos líquidos, e os restantes países.

## Referências Bibliográficas

Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP) - Revista Electrónica – disponível em Documento AICEP/2011

<http://www.aicep.pt/DocumentoAICEP.pdf> Pesquisa feita 27/03/2013 às 10:18hs.

Banco de Portugal - *Boletim Económico. Verão 2013*. Volume 19, número 2. B. Portugal.

Disponível em [http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/bol\\_verao13\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/bol_verao13_p.pdf)

última consulta em 25/08/13 as 9:35hs.

Banco de Portugal - *Cadernos de Cooperação, Volume 1* (Novembro de 2012).Disponível em

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Cadernos%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20-%20Novembro%202012.pdf> download

efectuado 05/12/2012.

Banco de Portugal - *Cadernos de Cooperação, Volume 2* (Abril 2013). Disponível em

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Cadernos%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20-%20Abril%202013.pdf> download efectuada em

08/05/2013.

Banco de Portugal - *Cardinal Lusofonia* – Disponível <http://www.bportugal.pt/pt-pt/publicacoesintervencoes/banco/Cooperacao/Paginas/PublicacoesCooperacao.aspx>

[ultimo acesso em 01/09/13.](http://www.bportugal.pt/pt-pt/publicacoesintervencoes/banco/Cooperacao/Paginas/PublicacoesCooperacao.aspx)

Banco de Portugal - *Cardinal Lusofonia*. Segunda edição. Disponível em

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Cardinal%20Lusofonia%20-%202013.pdf> última consulta dia 29/12/13.



Banco de Portugal - *Evolução das Economias dos Palop e Timor-Leste* - Banco de Portugal (2011/2012). Lisboa 2012:Ed. Departamento de Relações Internacionais. Disponível em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Paginas/PublicacoesCooperacao.aspx> download efectuado 05/12/2012.

Banco de Portugal - *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*. Caderno B. Portugal (2012/2013). Lisboa 2013. Disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20das%20Economias%20dos%20PALOP%20e%20de%20Timor-Leste%202013.pdf> ultimo acesso em 01/11/2013.

“CPLP Revista” Lisboa: Editor CPLP. Vol.nº1 Julho – Setembro de 2012.

CPLP - Organização/histórico <http://www.cplp.org/id-2450.aspx/> Pesquisa efectuada dia 19/10/2012 às 8:58hs.

Costa, C. (2010). *Temas de Relações Económicas Internacionais*. Lisboa: Editor Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Colecção Manuais Pedagógicos.

Discurso de Fernando Henrique Cardoso – *Conferencia "Presente no Futuro" - Os Portugueses em 2030, organizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos em 14 e 15 de Setembro de 2012*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=RvdiIxfU6Mc> compilado em 10/09/2013.

Entrevista de Salimo Abdula – Presidente da Confederação Empresarial da CPLP – concedida a Rui Mendes – Radio Antena1 - em 05/08/2013 às 19:03hs disponível <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=671683&tm=6&layout=123&visual=61> consulta dia 02/09/13.

Entrevista a RTP do Ministro da Economia Portuguesa António Pires de Lima em 29/08/2013 – disponível em <http://videos.sapo.pt/Vk0OaljCK7bpmUPpWw0I> consulta 05/09/13.

História de Angola. <http://www.governo.gov.ao/Historia.aspx> pesquisa efectuada em 06/07/2013 as 13hs.

História de Angola. <http://www.cplp.org/id-23.aspx> 07/07/2013 as 07:45hs.

História do Brasil. <http://www.historiabrasileira.com/> efectuada em 28/06/2013.

História do Brasil. [www.cplp.org/id-24.aspx](http://www.cplp.org/id-24.aspx).

História de Cabo Verde. [https://portoncv.gov.cv/portal/page?\\_pageid=118,188596&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&p\\_dominio=28&p\\_menu=20&p\\_item=299](https://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=28&p_menu=20&p_item=299) pesquisa efectuada em 08/07/2013 as 9hs.

História de Cabo Verde. <http://www.cplp.org/id-25.aspx>.

História de Guiné-Bissau. <http://www.anpguinebissau.org/historia/historia-guine-bissau/historia-da-guine-bissau> pesquisa efectuada dia 15/07/2013 as 8.30hs.

História de Guiné-Bissau. <http://www.cplp.org/id-26.aspx>.

História de Moçambique. <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico> pesquisa feita em 15/07/2013 as 17hs.

História de Moçambique. <http://www.cplp.org/id-27.aspx>.

História de São Tomé e Príncipe. [http://www.infopedia.pt/\\$sao-tome-e-principe](http://www.infopedia.pt/$sao-tome-e-principe) pesquisa efectuada em 22/07/2013.

História de São Tomé e Príncipe. <http://www.cplp.org/id-29.aspx>.

História de Timor do Leste. <http://timor-leste.gov.tl/?p=29> pesquisa feita em 22/07/2013 as 15hs.

História de Timor do Leste. <http://www.cplp.org/id-30.aspx>.

História de Portugal. <http://www.historiadeportugal.info/artigos/historia-de-portugal/era-dos-descobrimentos> consulta feita dia 29/07/2013 as 9:40hs.

História de Portugal. <http://www.hirondino.com/historia-de-portugal/portugal-seculo-xviii/> consulta dia 14/12/2013 as 18:30hs.

História de Portugal. <http://www.argnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1890.html> pesquisa dia 15/12/2013, as 9hs.

História de Portugal. <http://www.cplp.org/id-28.aspx> 29/07/2013 as 16hs.

INE - "*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico*"- INE - Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal. (2013) - Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=1&NewsId=2888&M=NewsV2&PID=304> ultimo acesso 03/09/2013.

INE, I.P., *Estatísticas da CPLP 2012*. Lisboa-Portugal: Editor Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Medeiros, E. (1998). *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*. Lisboa: Editor Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Reto, L. et al. (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: 1ª Ed. Editora Texto.

Sousa, A. (2008). *De um novo conceito de desenvolvimento no quadro da Economia Internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

United Nations Millennium Declaration - DPI/2163, Portuguese (2000 - August 2001)  
Published by United Nations Information Centre, Lisbon. Disponível em  
<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf> em 12/07/13 às 5:50hs.

Visentini, P. et al. (2012.). *Os Países Africanos. Diversidades de um Continente*. Porto Alegre. Brasil: Editora Leitura XXI.

## **Referências Legislativas e Documentos Oficiais**

Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países Membros da CPLP em 1998.

Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP em 1998.

Acordo de Cooperação entre a CPLP e o Instituto Camões em 1998.

Acordo de Cooperação entre a CPLP e o Fórum da Lusofonia em 1998.

Acordo de Cooperação entre a CPLP e a Fórum dos Empresários de Língua Portuguesa (FELP) em 1998.

Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP – 2000.

Acordo de Cooperação entre os Estados-membros da CPLP sobre o Combate ao HIV/Sida em 2000.

Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e de Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP em 2004.

Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP em 2004.

Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento de Maio 2012.

Declaração Constitutiva de Julho de 1996.

Declaração da Praia de Julho de 1998.

Declaração sobre Educação de Julho de 1998.

Declaração de Maputo de Julho de 2000.

Declaração sobre HIV/Sida em 2000.

Declaração de Brasília de Julho de 2002.

Declaração sobre o Governo Electrónico em 2002.

Declaração sobre a Aceitação do Pedido de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à CPLP em 2002.

Declaração de São Tomé de Julho de 2004.

Declaração sobre a Sociedade de Informação como Contributo para a Boa Governação e Transparência em 2004.

Declaração de Bissau de Julho de 2006.

Declaração de Lisboa de Julho de 2008.

Declaração de Luanda de Julho de 2010.

Declaração de Luanda - I.<sup>a</sup> Reunião de Ministros do Comércio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Maio de 2012.

Declaração de Maputo de Julho de 2012.

Estatuto do Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Oficial Portuguesa de 2007.

Estatutos da CPLP última actualização 2012.

Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projectção da Língua Portuguesa em 2010.

Protocolo de Cooperação entre a CPLP e o Fórum Empresarial de Língua Portuguesa – FELP em 1998.

Relatório da reunião do grupo de trabalho para a cooperação económica e empresarial da CPLP de 2012.

Resolução sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP em 2000.

Resolução sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP em 2002.

Resolução sobre o Fórum Empresarial da CPLP em 2002.

Resolução sobre os Centros de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e em Administração Pública em 2002.

Resolução sobre o Estabelecimento da Assembleia Parlamentar da CPLP em 2007.

Resolução sobre o Conselho Empresarial da CPLP 2004.

Resolução sobre o Regulamento dos Observadores Associados em 2010.

Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP em 2010.

Resolução sobre o Fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP em 2010.

Resolução sobre a Realização do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP em 2010.

Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP em 2012.

Resolução relativa ao Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas em 2012.

Resolução sobre o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP em 2012.

Resolução sobre uma Cooperação Económica e Comercial Sustentável na CPLP em 2012.

## **Documentos ANEXOS**

Aliança Estratégica para a Promoção do Comercio e Investimento.

Declaração Constitutiva.

Estatuto actualizado.

Formulário Inquérito Apresentado.